

A.1.5.2 - PORTUGAL - VISITA DE AUTORIDADE PORTUGUESA AO BRASIL

- Telex nº 277, de 30 Jan 75, de BRASEMB LISBOA..... *Secreta* 1
- Cartão do MRE..... 2
- Aviso nº G/01/900.2(F42)(A) - cópia - de 27 Mar 74, do MRE. *NIC3* *Pasta nº 47*
- Cópia de artigo da Revista VEJA, de 5 Fev 75. *Ordem* 4
- Cópia da publicação de O ESTADO DE SÃO PAULO, de 06 Jun 74. *Ordem*
- Decreto nº 58.384, de 10 Mai 66..... *Ordem* 6
- Publicação do JORNAL DO BRASIL, de 05 Jan 75..... 7
- Estudo Sucinto nº 009/laSC, de 5 Fev 75..... 8
- Aviso nº 029/75, de 12 Fev 75, ao MRE..... 9

- Visita do Primeiro-Ministro de PORTUGAL (Maço Básico de In-
 formação - SECRETO)..... *S. S. S.* 10

TELEGRAMA RECEBIDO

Decreto nº 60.417/67

Classificação alterada para

Ostensivo Reservado Confidencial Secreto

por ordem de _____ ou _____

Secretário Geral

Chefe do Departamento

SECRETO

GABINETE

RENDER AO ARQUIVO

BRASEMB LISBOA

EM 30:01:75

013163

SECRETO

DE-1/

RELACOES LUSO-BRASILEIRAS.

VISITA AO BRASIL DO GENERAL

SARAIVA DE CARVALHO.

277 - QUARTA-FEIRA - 16,30 - O GENERAL-DE-BRIGADA OTELO SARAIVA DE CARVALHO, COMANDANTE ADJUNTO DO COMANDO OPERACIONAL DO CONTINENTE (COPCON) E COMANDANTE DA REGIAO MILITAR DE LISBOA, CONSIDERADO O PRINCIPAL PLANEJADOR DO "25 DE ABRIL" E ELEMENTO DE GRANDE PRESTIGIO DENTRO DO MOVIMENTO DAS FORCAS ARMADAS, POR ALGUNS-APONTADO COMO O SUBSTITUTO PROVAVEL DO PRESIDENTE COSTA GOMES, ESTA' INTERESSADO EM VISITAR OFICIALMENTE O BRASIL, ACOMPANHADO DE SUA-ESPOSA, SE POSSIVEL ANTES DAS ELEICOES. O OBJETIVO DESSA VIAGEM E' O DE CONHECER O MODELO POLITICO, ECONOMICO E SOCIAL BRASILEIRO, MEDIANTE NAO APENAS ENTREVISTAS COM AUTORIDADES CIVIS E MILITARES, MAS TAMBEM VISITA AOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO DE SAO PAULO E RIO DE JANEIRO. PODERA' ABRANGER TAMBEM VISITAS A ESTABELECIMENTOS MILITARES. PARA A FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE PESSOAL, ONDE, SE SOLICITADO, SARAIVA DE CARVALHO ESTA' DISPOSTO A REALIZAR CONFERENCIAS SOBRE A REVOLUCAO PORTUGUESA. TODAVIA, NAO DESEJA EFETUAR ESSA VISITA ATRAVES DE APOIO DO MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS, EM VIRTUDE DE SUAS RECENTES DIVERGENCIAS COM OS SOCIALISTAS, PARTICULARMENTE COM MARIO SOARES., PREFERIRIA ASSIM, FOSSE O CONVITE FORMULADO PELO MINISTERIO DO EXERCITO OU PELO ESTADO-MAIOR DAS FORCAS ARMADAS, AO ESTADO-MAIOR-GENERAL-DAS-FORCAS-ARMADAS DE PORTUGAL, INCLUSIVE PORQUE SUAS RESPONSABILIDADES MILITARES ATUAIS JUSTIFICAM ESSA FORMA DE ALTERACAO FORMAL. TAL INFORMACAO FOI PRESTADA A DOIS FUNCIONARIOS DESTA EMBAIXADA PELO INDUSTRIAL ALBERTO SALENA REIS, PESSOA DE ABSOLUTA CONFIANCA DE

TELEGRAMA RECEBIDO

Decreto nº 60.417/67

Classificação alterada para

Ostensivo Reservado Confidencial Secreto

por ordem de _____ ou _____

Secretário Geral

Chefe do Departamento

SARAIVA DE CARVALHO. NA OPORTUNIDADE, FOI-LHE DITO POR AQUELES MEUS COLABORADORES QUE ESSA GESTAO PARA SUA VALIDADE, DEVERIA SER REALIZADA DE MANEIRA (MAIS) OFICIAL, AINDA QUE INFORMAL, TALVES POR INTEGRANTE DO ESTADO-MAIOR DO COPCON. SALEMA REIS RESPONDEU QUE ESSA POSSIBILIDADE FORA AVENTADA, MAS DEPOIS AFASTADAS, POIS SARAIVA DE CARVALHO NAO QUERIA CORRER O RISCO DE VER RECUSADO SEU PEDIDO PARA VISITAR OFICIALMENTE O BRASIL. ACRESCENTOU QUE, SE HOVER "ACENO FAVORAVEL" DESTA EMBAIXADA, SERA FEITA GESTAO JUNTO AO ADIDO DO EXERCITO BRASILEIRO, ATRAVES DE OFICIAL DO ESTADO-MAIOR DO COMANDANTE MILITAR DE LISBOA. NO DIA SEGUINTE, UM DESSES MEUS COLABORADORES FOI PROCURADO POR JOAO MARIA TUDELA, OUTRO EMISSARIO DE SARAIVA DE CARVALHO, QUE INSISTIU NO PEDIDO DE CONVITE PARA A VISITA. NESSA MESMA NOITE, AQUELES MEUS DOIS COLABORADORES JANTARAM COM ALTO FUNCIONARIO DO MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS, QUE ESTAVA A PAR DAS DISPOSICOES DE SARAIVA DE CARVALHO E, FALANDO TAMBEM EM NOME DE MARIO SOARES, OBSERVOU PARECER-LHE ~~INCONVENIENTE~~ TAL CONVITE, TENDO EM VISTA A "INFLUENCIA BENEFICA" DO BRASIL SOBRE ESSE VISITANTE E AS REPERCUSSOES FAVORAVEIS QUE ESSA VISITA PODERIA EXERCER SOBRE A JOVEM OFICIALIDADE LOCAL. EMBORA SE TRATANDO DE PERSONALIDADE CONTROVERTIDA, SOBRETUDO PELAS SUAS POSICOES E DECLARACOES NEM SEMPRE COMEDIDAS, AGREDITO QUE DEVA SER CONSIDERADA FAVORAVELMENTE A REFERIDA INICIATIVA, DADA A IMPORTANCIA ATUAL E AS PERSPECTIVAS FUTURAS DE SARAIVA DE CARVALHO NO MOVIMENTO DAS FORCAS ARMADAS E NA VIDA POLITICO-MILITAR DESTE PAIS. NAO CREIO QUE POSSAM HAVER PARA O BRASIL ASPECTOS NEGATIVOS, INCAPAZES DE SEREM NEUTRALIZADOS POR UMA QUIDADOSA PROGRAMACAO DA VIAGEM. PELO CONTRARIO, PENSO QUE, TAL COMO OCORREU COM AS VIAGENS DE GALVAO DE MELO E VITOR ALVES, PODERA ESSA INICIATIVA CONTRIBUIR PARA MELHORAR A IMAGEM BRASILEIRA NESTE PAIS, SOBRETUDO JUNTO AS CLASSES MILITARES. MUITO APRECIARIA RECEBER AS INSTRUCOES DE VOSSA EXCELENCIA, A FIM DE QUE EVENTUALMENTE POSSA, NOS PRIMEIROS DIAS DE FEVEREIRO, UMA VEZ ULTRAPASSADA A PRESENTE CRISE POLITICO-MILITAR, INSINUAR A REACAO DO GOVERNO BRASILEIRO AOS EMISSARIOS PARTICULARES DE SARAIVA DE CARVALHO E PROVOCAR OU AFASTAR A CONSEQUENTE SONDAGEM ATRAVES DE ELEMENTO QUALIFICADO DE SEU ESTADO-MAIOR.

DAFONTOURA

Obs: Segundo informaçao do Itamaraty, a expressao "inconveniente" foi retificada para "conveniente".

G. H. H. H.

Com os cumprimentos do
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Concordo inteiramente
com a opinião do Embaixador
de Fortaleza. Respeito
a afetuosa abraço,
31/1/75
F. A. A.

"Jamais seremos satélite dos comunistas"

O chanceler Mário Soares, líder do Partido Socialista e uma das figuras centrais da atual crise política portuguesa, recebeu o correspondente de VEJA em Lisboa, Paulo Sotero, na atribulada quinta-feira da semana passada, para a seguinte entrevista:

MFA, a única saída

VEJA — *Os militantes socialistas atribuem a responsabilidade pela atual crise política ao Partido Comunista. O senhor concorda com essa versão?*

MÁRIO SOARES — Tem-se testemunhado na vida política portuguesa, nos últimos meses, uma certa escalada antidemocrática, com afirmações sobre a falta de condições para a democracia, a necessidade de reformas profundas e soluções socialistas imediatas. Nós julgamos que a vida do socialismo, em Portugal, passa pela democracia, pelo pluralismo, pelo respeito aos partidos e às liberdades fundamentais. Por isso, fomos contra a unicidade sindical proposta pelo PC, pela Intersindical e pela Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas.

Entendemos que se começa pelo sindicalismo único, imposto por lei, e se termina num partido único. Dissemos que não admitiríamos jamais ser mais um partido satélite dos comunistas — pois ficou provado nessa crise toda que o Movimento Democrático Português, o Movimento de Esquerda Socialista e a Frente Socialista Popular mantêm uma espécie de autonomia, mas são satélites do PC, seguindo aquilo que os comunistas lhes dizem. A acentuar-se a linha de orientação em desenvolvimento nos últimos tempos, Portugal enveredaria por um caminho de total escravização, que implicaria necessariamente expor o povo a grandes riscos.

VEJA — *Como estão as relações entre o PS e o PC?*

MÁRIO SOARES — Deploráveis, ao nível das bases. Os comunistas e os membros do MDP fizeram uma campanha muito violenta contra os socialistas, para nos marginalizar. Quiseram vincular o PS à nova maioria silenciosa, como disseram textualmente. Quiseram identificar o Partido Socialista com a direita, com o spinolismo, até com a CIA... Julgamos tudo isso uma forma bastante totalitária de pretender resolver problemas políticos.

VEJA — *A propósito, na semana passada, o brigadeiro Otelo Saraiva de Car-*

valho disse que os líderes socialistas veriam com bons olhos uma possível candidatura do general Spínola à presidência da República...

MÁRIO SOARES — Deve ter havido um mal-entendido. Falei pessoalmente com o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho sobre esse problema. Esse ponto está explicado, está sanado, não há problema algum.

VEJA — *Algumas semanas atrás, o brigadeiro Otelo também afirmou que, durante as negociações para a independência de Moçambique, o general Spínola teria ameaçado solicitar uma intervenção americana se a descolonização não se processasse como ele desejava. Spínola desmentiu tudo, mas o brigadeiro confirmou o que havia dito e invocou seu testemunho.*



Soares: buscando regras do jogo

MÁRIO SOARES — Tenho concepções éticas que me impedem de falar sobre fatos ocorridos nas antecâmaras ou nos gabinetes presidenciais. Nesse episódio em que sou citado, estava perante o presidente da República como ministro dos Negócios Estrangeiros. Se, algum dia, tiver de fazer declarações sobre isso, caberá apenas a mim, naturalmente, escolher o momento e a oportunidade para tanto.

VEJA — *A atual crise desencadeou uma onda de descontentamento nas Forças Armadas. Isso poderá ter reflexos na constituição do governo provisório?*

MÁRIO SOARES — Tem havido muita especulação, muitos boatos e penso ser necessário corrigir isso. Para nós, socialistas, o MFA deve ser um movimento coeso. Não desejamos dividi-lo — muito pelo contrário. Pois julgamos que o MFA é a garantia das liberdades

públicas em Portugal, agora e no futuro, e é preciso encontrar uma fórmula para sua institucionalização a partir da próxima eleição da Assembléia Nacional Constituinte.

VEJA — *O senhor acha que o MFA deve permanecer ativamente representado na estrutura do poder em Portugal após as eleições. Não haverá risco de militarização do regime?*

MÁRIO SOARES — Um país, após cinquenta anos de ditadura, catorze de guerra colonial e enfrentando uma situação econômica difícil, precisa adaptar-se à democracia — e, nessa adaptação, o MFA, o organismo que libertou Portugal, tem e terá necessariamente uma palavra a dizer. É indispensável, portanto, encontrar uma fórmula de institucionalizar o MFA. Apenas precisamos encontrar um equilíbrio justo. O MFA não quer transformar Portugal numa ditadura militar. Se o quisesse, não teria chamado civis para o governo nem promoveria a aliança com os partidos políticos democráticos. Mas é impensável que o MFA, a partir de março ou abril, quando forem realizadas as eleições, regressasse simplesmente aos quartéis e deixasse de desempenhar sua missão.

“É preciso definir rumos”

VEJA — *O PS parece bem cotado nas sondagens eleitorais até agora realizadas. Depois das eleições, os socialistas defenderão a manutenção da coligação?*

MÁRIO SOARES — É possível. Mas tudo dependerá do Pacto de Progresso que, penso, deve ser feito entre os três partidos da coligação e o MFA. Um dos grandes males que o país tem vivido nos últimos tempos é a incerteza, a insegurança, a desconfiança. Ninguém sabe para onde caminha Portugal e muitas conjecturas a esse respeito são extremamente alarmistas. É preciso definir os rumos futuros, os objetivos a serem atingidos com a nossa Revolução, suas metas, suas etapas. Portanto, os três partidos e o MFA precisam entrar em acordo sobre uma plataforma definida e claramente expressa perante o país — um compromisso dos partidos em relação a um programa político. Feito isso, o partido que sabotar o programa ficará em posição difícil diante do povo. É a única maneira de todos saberem as regras do jogo. Se chegarmos a esse compromisso, haverá condições para manter-se a atual coligação na fase intermediária entre a eleição da Assembléia Constituinte e a apresentação da nova Constituição.

VEJA — *Quais seriam, para o PS, as linhas mestras desse pacto?*

MÁRIO SOARES — O Pacto de Progresso passa, em primeiro lugar, pelo programa econômico de emergência, tal

como foi definido e aprovado em suas grandes linhas pelo governo provisório. Esse plano parece-nos ao mesmo tempo ousado e realista, pois vai até os limites onde o realismo nos indica que se pode ir. Aliás, o PC aprovou o plano — para depois atacá-lo indiretamente, na medida em que tem proposto ou apoiado medidas que o anulariam na prática, como a nacionalização do sistema bancário ou a ocupação de terras.

São iniciativas que dão aos empresários, e ao país de uma maneira geral, a idéia de que o programa é apenas um expediente temporário. Ora, entendemos que esse plano deve ser aplicado durante uma fase de tempo determinada até a consolidação da democracia. Além disso, é necessário que haja eleições em todos os níveis, que as estruturas de poder resultem de eleições perfeitamente livres. Em nossa opinião, a via revolucionária em Portugal passa por uma democracia política. Ela não é um objetivo, mas um meio. Sem democracia política, não haverá um ambiente de convivência nacional e sem esse ambiente há muitas chances de regressão por pressões internas e externas.

ORGÃO: O ESTADO DE S PAULO

ASSUNTO:

DATA: 06 de junho de 1974

Portugal

6-6

557

ESTADO DE S. PAULO

Galvão de Melo vem sábado

Da Sucursal de
BRASILIA

O general Carlos Galvão de Melo, membro da Junta de Salvação Nacional de Portugal, chegará no próximo sábado ao Brasil e permanecerá uma semana cumprindo um programa de visitas ao Rio, Brasília e São Paulo. O motivo formal para a vinda do general Galvão são as comemorações da festa nacional de 10 de junho, promovida pela Federação das Associações Luso-Brasileiras. Reconhece-se, além disso, que há um importante sentido político nesta primeira visita ao Brasil de um membro da Junta de Salvação Nacional. O general poderia, inclusive, trazer a resposta de seu governo à mensagem com que o Brasil comunicou ter recebido solicitação da Organização da Unidade Africana (OUA) no sentido de exercer influência junto a Portugal em favor da concessão da independência de Moçambique e Angola e do reconhecimento de Guiné-Bissau.

O envolvimento brasileiro no quadro formado no "além-mar" ganhou ontem, em Brasília, um outro episódio: uma mensagem do chanceler da Nigéria, Okoi Arikpo, agradecendo o telegrama de Azeredo da Silveira a propósito do aniversário da OUA. Arikpo, em linguagem bem amistosa, manifesta seu apreço "pelos nossos irmãos do Brasil" e acentua que a interdependência é o elemento básico no mundo atual. Observadores políticos e diplomáticos destacavam que a mensagem da OUA é importante não apenas pelas ligações da organização com os grupos clandestinos que se candidatam ao governo das colônias, mas também porque fica evidente que o Brasil tem boas condições de diálogo com a África negra.

NOTA PORTUGUESA

O Itamaraty distribuiu, ontem à noite, a seguinte nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, recebida em Lisboa pelo embaixador Carlos Alberto da Fontoura:

"O Ministério dos Negócios Estrangeiros apresenta os seus atenciosos cumprimentos à embaixada do Brasil e tem a honra de comunicar que se deslocam ao Brasil, em missão oficial, a fim de participar das comemorações da Festa Nacional de 10 de junho a levar a efeito pela Federação das Associações Luso-Brasileiras, as seguintes individualidades: general Carlos Galvão de Melo, membro da Junta de Salvação Nacional; major Victor Alves, conselheiro de Estado; e alferes Levy Correia, ajudante de campo do senhor general. A data prevista para a partida da missão oficial é a de 8 de junho de 1974. O Ministério dos Negócios Estrangeiros aproveita a oportunidade para reiterar à embaixada do Brasil os protestos da sua mais elevada consideração".

major Vitor Rodrigues Alves visitaram o embaixador Carlos Alberto da Fontoura, na sede da embaixada do Brasil em Lisboa. Conforme instruções do governo brasileiro, o embaixador Fontoura manifestou aos ilustres portugueses a satisfação com que o governo do Brasil acolheria essa visita, a primeira de um membro da Junta de Salvação Nacional e de um conselheiro de Estado, ao nosso País".

Os visitantes oficiais portugueses, que serão hóspedes do governo brasileiro, deverão chegar ao Brasil no próximo sábado dia 8 do corrente, permanecendo no nosso País por aproximadamente uma semana. Durante sua estada, visitarão o Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo. Além de seus contatos oficiais no Brasil, o general Galvão de Melo pronunciará no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, no dia 10 do corrente, data nacional de Portugal, uma palestra a convite da Federação das Associações Luso-Brasileiras".

MENSAGEM DE ARIKPO

A mensagem do chanceler Okoi Arikpo, da Nigéria, que atualmente exerce a Secretaria-Geral da Organização da Unidade Africana, ao ministro Azeredo da Silveira é a seguinte: "Tenho o prazer de acusar recebimento de seu caloroso telegrama de 29 de maio de 1974, congratulando-se por ocasião do undécimo aniversário da OUA.

Senhor ministro, desejo assegurar-lhe que compartilho seus sentimentos e desejos expressos em seu telegrama. É nossa esperança a de que o espírito de amor fraternal que guia a organização continental ultrapassará as fronteiras deste continente. É nosso ardente anseio que o mundo atual de interdependência, de respeito pela dignidade e valores humanos venha a promover cada vez mais as relações e a cooperação internacionais para o desenvolvimento total da humanidade.

Senhor ministro, permita-me, por seu intermédio, expressar meu sincero e caloroso apreço pelos nossos irmãos do Brasil e, particularmente, pelo governo brasileiro, por terem feito de minha última visita uma valiosa e memorável experiência.

Rogo-lhe aceitar, excelência, minhas saudações fraternais e a garantia de minha mais alta consideração".

QUEM É

Galvão de Melo, da Força Aerea Portuguesa, transferiu-se voluntariamente para a reserva há 8 anos atrás, porque recusou-se a aceitar a ascensão ao generalato em condições que considerava indignas das Forças Armadas. Sua folha de serviços — longa e brilhante — revela, entretanto, duas sanções (uma detenção de oito dias e outra de dois dias), am-

Brasil aguarda resposta

Da Sucursal de
BRASILIA

Portugal ainda não respondeu à comunicação do Brasil sobre o pedido da Organização de Unidade Africana (OUA). A informação foi prestada por autoridades, que explicam não ter havido até o momento qualquer ato ou gesto que possa ser classificado como "mediação". Embora tenha boas ligações com os grupos guerrilheiros que agora falam em nome das colônias, a OUA não pode ser tida como porta-voz desses grupos. Como Portugal não solicitou nem os bons ofícios nem a mediação brasileira, e como os grupos políticos das colônias também não o fizeram, não existe uma hipótese de mediação clássica. O que existe é o pedido da OUA, para que o Brasil atue junto a Portugal, visando ao reconhecimento da Guiné-Bissau e em favor da concessão da independência de Moçambique e Angola. O Brasil encaminhou a Lisboa mensagem comunicando que havia recebido o pedido africano e agora aguarda uma resposta. Ficou claro, assim, o envolvimento do Brasil na questão, dependendo de Lisboa maior ou menor participação de Brasília.

Portugal pode preferir a conversação direta com os grupos que negociam em nome das colônias. Fontes diplomáticas africanas de Brasília comentaram, contudo, que mesmo que o diálogo seja direto, "a presença de amigos poderá ser importante durante as negociações".

DECRETO Nº 58.384 — DE 10 DE MAIO DE 1966

Fixa normas de procedimento com referência a convites para a visita de militares ou de organizações militares estrangeiras, ao Brasil, em caráter oficial.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º São autoridades competentes para convidar militares ou representações de organizações militares estrangeiras a visitarem o Brasil, em caráter oficial:

- a) os Ministros da Marinha, Guerra ou Aeronáutica, no caso de militares estrangeiros da Força correspondente;
- b) o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, no caso de Delegações de Órgãos Militares ou para-militares estrangeiros que sejam compostas por oficiais de mais de uma Força Armada, ou, em qualquer caso, por determinação do Presidente da República;
- c) os Comandantes das Guarnições de Fronteiras, para visitas de curta duração, visando ao melhor conagraamento com os militares dos países vizinhos.

§ 1º A formulação de convite para a visita de Oficial-General dependerá de prévia autorização do Presidente da República.

§ 2º Os Ministros Militares poderão delegar atribuições para que o convite seja formulado por autoridade da sua Força, considerando a função ou grau hierárquico do militar a ser convidado.

§ 3º Mediante entendimentos entre os Ministros interessados, e observadas as demais formalidades prescritas neste decreto, um Ministro Militar poderá formular convite a militares de outra Força.

Art. 2º A autoridade que desejar convidar militares estrangeiros solicitará, inicialmente, o pronunciamento do Ministério das Relações Exteriores sobre a oportunidade e a conveniência do convite.

§ 1º Os convites serão encaminhados, em princípio, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, à representação diplomática brasileira no país dos militares a serem convidados ou, quando for o caso ao Chefe da Missão Diplomática desse país no Brasil.

§ 2º As visitas de que trata a letra c do art. 1º são excluídas das prescrições deste artigo.

Art. 3º Tão logo seja formulado o convite e definidas as bases para a realização da visita oficial, a autoridade a quem coube a iniciativa comunicará tal fato, por escrito:

- a) às demais autoridades competentes, mencionadas no art. 1º, indicando o órgão que lhes poderá prestar todas as informações julgadas necessárias;
- b) à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e ao Serviço Nacional de Informações.

Parágrafo único. As visitas a que se refere a letra c do art. 1º serão comunicadas ao Ministro Militar respectivo, Estado-Maior das Forças Armadas e ao Serviço Nacional de Informações.

Art. 4º Aplicam-se, no que couber, as prescrições deste decreto às visitas solicitadas por iniciativa de governo estrangeiro.

Art. 5º Os convites a serem formulados por Governadores militares estrangeiros para visita oficial a seus Estados, deverão ser encaminhados ao Estado-Maior das Forças Armadas, para as providências de que trata o art. 2º.

Art. 6º As visitas de militares estrangeiros, a serem realizadas na qualidade de titulares de cargos civis em seus países, serão comunicadas, com antecedência, ao Estado-Maior das Forças Armadas pela autoridade brasileira que os convidou.

Art. 7º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Zilmar de Araripe Macedo
Arthur da Costa e Silva
Eduardo Gomes

ORGÃO: JORNAL DO BRASIL
DATA: 05 de janeiro de 1975

ASSUNTO: (1)
Portugal

RESUMO:

“O Senhor Brigadeiro não teme tornar-se um mito?”

“Temo, sim senhor!”

Otelo Saraiva de Carvalho é um de cerca de 300 oficiais portugueses que compõem o MFA. É Capitão do Exército, mas usará o título de Brigadeiro pelo tempo que permanecer no Comando Militar de Lisboa e na chefia do Comando Operacional do Continente — o Copcon. Trinta e sete anos, baixo, sisudo, cabelos grisalhos aparados rentes, quando em Lisboa alguém pensa no MFA, pensa automaticamente neste

moçambicano que fez as guerras coloniais, mas nenhum curso fora dos quartéis. É um membro típico do Movimento e o seu representante mais coerente — a média perfeita desses 300 oficiais que se insurgiram contra o salazarismo e assumiram o comando do país. O Brigadeiro Saraiva de Carvalho detém, hoje, a principal posição militar de força em Portugal. Pelo menos por enquanto, o destino do país tem a

ver com o que pensa esse homem duro, quase ascético, um soldado mesmo em trajes civis. Nesta entrevista, concedida à revista portuguesa Tilt, e que o JORNAL DO BRASIL publica com exclusividade, mantendo, inclusive, a colorida linguagem lisboeta do repórter e o do entrevistado, o Brigadeiro Saraiva de Carvalho opina sobre uma variedade de assuntos — do nu artístico ao futuro de seu país



- CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - 1ª SC

ORGÃO: JE

ASSUNTO:

(2)

DATA: 05/01/75

continuação Portugal

RESUMO:

Pergunta — O que pensa de Marilyn Monroe?

Resposta — Para mim, Marilyn foi mais um dos superprodutos fabricados por Hollywood. Vi muitos filmes com ela, e considero que poderia ter sido, e até chegou a ser em alguns dos seus filmes, uma excelente atriz. Uma excelente atriz de comédia. Marilyn corresponde a uma necessidade tremenda que Hollywood tem de fabricar vedetas como produtos de exportação numa indústria cinematográfica bestialmente comercializada. Julgo que a mulher que poderia ter existido em Marilyn foi largamente superada pela sua imagem de produto comercial. Um produto extraordinariamente vendido pelas suas características físicas relativamente a uma época em que ela viveu e em que atingiu o auge como atriz. Houve uma utilização comercial de Marilyn tendo-se assistido a uma "coisificação da mulher." Aliás, além de Marilyn Monroe temos uma batelada de exemplos que podíamos referir, mas ela até por aquilo que representou, a época em que viveu e os casos amorosos que teve, foi realmente o símbolo de uma época de decadência.

P — Marilyn morreu há 12 anos e no entanto continua a fascinar multidões. Isto porém não aconteceu com outras deusas da época como o foram Jean Harlow ou Greta Garbo. Destas resta-nos uma vaga recordação. Quais as razões para si do mito de Marilyn?

R — Primeiro porque a sua imagem ainda está viva no espírito de muita gente, como ainda está a figura de James Dean que já morreu há muitos anos e representou para muitos jovens o símbolo de uma geração ou de qualquer coisa que as pessoas gostariam de ter vivido Marilyn, para além de toda a sua simbologia de sexo, foi sem dúvida uma mulher extraordinariamente bonita e uma figura extremamente humana. Isto quanto a mim é muito importante e penso que tenha grande impacto junto das pessoas.

2

Os mitos

P — O Senhor Brigadeiro é contra ou a favor dos mitos?

R — Eu sou totalmente contra os mitos embora a esse respeito o nosso país seja sintomático. Temos o exemplo de Salazar. Na nossa gente existe — aliás isto não é só entre nós — algo de natural, embora muito perigoso, que é a tendência das massas em simbolizarem aquilo que detestam ou gostariam de ser em pessoas que sobressaem em determinado panorama político, de espetáculo ou de qualquer outra atividade. E' para as massas uma esperança e algo de muito poderoso.

P — O Senhor Brigadeiro não teme tornar-se um mito?

R — Temo, sim senhor. E tenho largos indícios de que me estou a tornar mesmo. Um certo tipo de imprensa nalguns pontos deste globo terrestre já diz que eu tenho um ódio tremendo ao fascismo, o que não é verdade.

Outros vêem em mim um ditador potencial. Numa coluna de um jornal brasileiro o jornalista Sr. Castelo Branco escreveu: "De Lisboa chega-nos o perfil de um ditador." Por outro lado, num extremo contrário, pessoas da minha terra, sem ser da minha terra, pessoas residentes aqui em Lisboa, já chegaram a ajoelhar-se aos meus pés, a beijar-me as mãos como se eu fosse realmente o salvador da Pátria.

Os nus

P — Há uns dias atrás assistimos a uma polémica divertida na Televisão. Alguns cavaleiros da moralidade estavam indignados com umas imagens que apareceram de pessoas despida: tiradas dos Autos Sacramentais de Calderon de la Barca. O Senhor Brigadeiro é de opinião de que se trata de um atentado à moral, ou pelo contrário, se trata de arte, naturalidade e beleza onde o problema dito moral é inexistente?

"Muitas pessoas ainda podem pensar que antes do 25 de abril é que havia bons costumes, e isto agora é uma Sodoma e Gomorra"

R — Muitas vezes os meus conceitos morais chocam muita gente. Eu considero por exemplo que o nu, o ser humano nu, não tem assim nada de chocante. Daí eu partir do princípio, mesmo sem ter visto a televisão, que de forma alguma se pode considerar o espetáculo chocante. Ao que sei foi um flash dos Autos Sacramentais de Calderon de la Barca na realização de Vitor Garcia em que os atores e atrizes apareciam totalmente nus. Não considero chocante e em minha opinião o corpo humano jovem é plasticamente agradável de ver. No entanto o envelhecimento, produto de uma degenerescência das células, traz consigo algo que não é belo. Muita gente

ainda confunde pornografia com outras coisas completamente diferentes. Basta verem um ator nu no cinema ou no palco para pensarem que se trata de um filme ou de um teatro pornográfico. Não é verdade? Outras vezes dizem: Ai que horror aparecer um homem ou uma mulher nua: Pornografia. Eu pergunto imediatamente a essas pessoas se querem ver um filme pornográfico. E' completamente diferente.

ORGÃO: JB ASSUNTO: (3)

DATA: 05/01/75 Continuação Portugal

RESUMO:

A Sodoma

P — Não acha que em Portugal, para além de uma libertação de idéias conservadoras e retrógradas existe no entanto um certo aproveitamento da pornografia? Não acha que se pode até chegar a confundir uma valiosa obra de arte, que é o caso dos Autos Sacramentais de Calderon de la Barca na encenação de Vitor Garcia, com uma série de semiprodutos, nomeadamente com certo tipo de revista ou de cinema?

R — Na realidade muita gente ainda não está preparada para ver um ator ou uma atriz nua sem que imediatamente não confunda com pornografia. As pessoas não estão preparadas para esse choque e isso até poderá levar a resultados um bocado funestos. Muitas pessoas ainda podem pensar que antes do 25 de abril é que havia bons costumes e isto agora é uma Sodoma e Gomorra. Isso pode levar a um saudosismo muito grande pela situação que se vivia antes do 25 de abril.

...“estou perfeitamente à vontade porque ainda não fui ver “O Último Tango” nem “La Grande Bouffe”

P — Para além de como as pessoas vêm o espetáculo, parece-me que neste momento em Portugal há da parte das pessoas que o produzem ou que o mostram um certo aproveitamento da pornografia. Que acha?

R — Pode haver um certo oportunismo. Evidentemente para um país que vivia num obscurantismo muito grande tornou-se extraordinariamente vendável qualquer produto, e nós vemos a explosão enorme de filmes em que o nu é a coisa mais evidente. Claro que há um certo oportunismo até pela comercialização muito mais fácil que existe em relação a pessoas que não estavam habituadas a ver nada. Os cinemas enchem-se, com lotações esgotadíssimas de pessoas que querem ver à viva força O Último Tango em Paris ou La Grande Bouffe. Pessoas que nunca viram nada e agora querem ver tudo. No entanto, pelas risadas abafadas e pela sensação física do corar quando aparece o nu integral, vê-se que muitas pessoas vão ao cinema extremamente nervosas e ansiosas só com uma finalidade. A de ver o nu. Eu aí estou perfeitamente à vontade porque ainda não fui ver O Último Tango em Paris nem La Grande Bouffe.

P — O nu de uma rapariga, por exemplo, foi sempre um tema que exerceu grande fascínio no mundo da pintura e da fotografia

constituindo muitas vezes imagens de grande beleza e prazer visual. Que lhe parece a nossa revista incluir dentro de reportagens fotográficas eventualmente o chamado nu? Não seria ideal que o 25 de abril para além das modificações introduzidas na vida política portuguesa conseguisse criar uma nova mentalidade e uma nova maneira de ser mais evoluída?

R — Acho muito bem. Tudo o que é beleza pintada ou fotografada desde uma paisagem à beleza de uma mulher nua acho formidável. Não deve haver quaisquer limitações, embora certos defensores da moral possam falar de uma “coisificação da mulher”, que muitas vezes não é. É apenas a possibilidade de apresentar qualquer coisa que é bela; e que se temos essa possibilidade não a devemos desperdiçar.

A reação

P — O que é para si verdadeiramente a reação?

R — Ah! Ah! Ah! Ah! Ah! A reação é tudo aquilo que vai contra alguma coisa que esteja estabelecida. Neste momento aquilo que nós estamos a procurar estabelecer é realmente a instauração da democracia. Como já disse em entrevistas anteriores, os grandes aliados do MFA neste caminho duro e cheio de dificuldades que estamos a percorrer para a conquista das liberdades democráticas, são as forças ditas de esquerda. Exatamente aquelas que antes do 25 de abril eram a Oposição. Antes a reação era a Oposição, isto é, tudo aquilo que se opunha à ordem política então estabelecida. Portanto, neste momento, os nossos aliados são as forças que a partir do PPD se afirmam da esquerda. Este Partido, no seu último congresso, teve uma viragem à esquerda. Assim, o PPD, o PS, o PC, etc. — salvo os extremistas — são nossos aliados para o estabelecimento da democracia. Os extremistas lutam contra a ordem estabelecida e como nós queremos estabelecer a ordem são também nossos inimigos. Os extremistas da esquerda são forças antiordem e antidisciplina. O MFA sendo uma força militar, é ou tem que ser por definição uma força disciplinada. Horroriza-se com tudo o que seja falta de ordem e disciplina. O MFA tem como seus aliados os Partidos de esquerda moderados. No entanto, é evidente que neste momento quem não está interessado na instauração da democracia — na sua instauração real — são as forças de extrema direita e isto porque perderam uma série de privilégios, que tinham antes do 25 de abril, não lhes interessando absolutamente nada que a democracia seja instalada no país. Os Partidos de extrema esquerda, também são, infelizmente, nossos inimigos. Não talvez ideologicamente, mas porque sendo antidisciplina, e antiordem, são contra a atuação regular do MFA e ajudam portanto a reação que não está interessada na instauração da democracia. Não que eles não estejam interessados, julgo eu, na sua instauração. Simplesmente o seu

- CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - 1ª SC

ORGÃO: JB

ASSUNTO: (4)

DATA: 05/01/75

Continuação Portugal

RESUMO:

modus actuandi é que pode favorecer aqueles que não estão interessados na democracia.

Os aliados

P — Mas há pelo menos uma parte da esquerda revolucionária que declarou concorrer às eleições...

R — O MRPP?

P — Sim. E também a Aliança Operária Camponesa que se constitui à volta do jornal A Voz do Trabalhador. Em relação a isto o Sr Brigadeiro não considerará que apesar de serem da chamada extrema esquerda, não serão também aliados do MFA interessados em instaurar uma ordem democrática, embora evidentemente uma ordem democrática diferente? É claro que, o MRPP, de que o Sr Brigadeiro falou, afirma não poder instaurar o socialismo sem ser por meios violentos; que não é possível a tentativa do MFA e dos Partidos da esquerda moderada, para passar dum situação, digamos de democracia burguesa, para uma democracia socialista sem ser por meios violentos. Nesse sentido, evidentemente, o MRPP não é um aliado do MFA. Por outro lado, o MRPP reclama-se um movimento que pretende instaurar uma ordem democrática. Neste sentido não será um aliado do MFA contra a reação?

R — Ora bem. Eu considero que o MRPP e todos os outros Partidos de extrema esquerda podem ser realmente aliados do MFA. Isto é, na medida em que estejam interessados na instauração de uma democracia. No entanto o MFA pretende uma democracia pluralista em que haja a possibilidade dos diversos Partidos políticos, num leque muito amplo, exprimirem livremente a sua opinião. Entendemos a democracia neste sentido pluralista, e para isso queremos caminhar. Nós pretendemos também dar uma voz muito ativa ao MRPP, ao PRP, (Brigadas Revolucionárias) ao PCP (m.l.) etc., etc. Toda essa gente, como portugueses, deve ter a possibilidade de debater os assuntos, de expor as suas opiniões e até atacar verbalmente opções que possam ser tomadas. Eu por exemplo, não me importo nada de ser criticado seja pela extrema direita que diz que sou um ditador, um comunista, ou pela extrema esquerda que até me pode chamar fascista! E isto, porque sou uma pessoa aberta e profundamente democrática.

P — Aliás o Sr Brigadeiro deve saber que até já se chama ao Copcon — Como Organizar...

R — A PIDE com Outro Nome!! Estou aberto a todos os leques de opiniões e isso é salutar. Essas organizações se realmente estiverem interessadas na instauração de uma democracia pluralista em Portugal, poderão ser aliados do MFA. Contudo entendemos, que não são só eles que têm direito a uma opinião; não são eles os detentores da verdade. Há a possibilidade de vir a descobrir-se a verdade — o melhor caminho para a sociedade portuguesa — se houver uma discussão franca e aberta em

que toda a gente possa exprimir livremente a sua opinião. E isso, a nós, é o que realmente interessa.

P — Mas democracia pluralista não significa pluralismo de partidos?

R — Certo. O MRPP não é considerado ilegal e até vai agora constituir-se como partido para as eleições.

A democracia

P — Exato. Mas se o MRPP tomasse o poder instituiria uma democracia de partido único!

R — Ai é que há uma divergência de opiniões, isto é, a diferença entre uma democracia pluralista e uma democracia de partido único. O MRPP pelo menos na minha opinião não pode arvorar-se em representante do povo e ai é que aparece, como é evidente, uma divergência de opiniões. A instauração de uma democracia popular pelo MRPP não é, na minha opinião, representativa da vontade do povo e por outro lado o MFA pretende garantir a existência de uma democracia pluralista em que haja a possibilidade de livre expressão de opiniões por parte dos mais diversos partidos. O MRPP — ou outro partido qualquer — só é inimigo do MFA quando por meio de ações violentas atenta contra a ordem e a disciplina que nós pretendemos estabelecer. Estamos à procura dos melhores caminhos para a construção de uma democracia, para a construção de uma nova sociedade em Portugal. Não é arrasando, para depois se construir alguma coisa de novo, mas aproveitando aquilo que está feito, aquilo que já existe e partir de aqui por modificações substanciais chegar à meta que nos propomos atingir. Se o conseguirmos realizar, dentro desta opção, eu acho que é muito preferível a ter que destruir tudo para depois voltar a construir. Ai há portanto uma divergência de opiniões em relação ao MRPP. Claro que se não for empregue a violência, pois ótimo, perfeito! Agora a partir do momento — como por exemplo o caso do CDS no Teatro S. Luis — em que os partidos da esquerda empregaram meios violentos: a pedrada, a matraca, para fazer prevalecer as suas opiniões, haverá realmente um choque com a ordem estabelecida. O MRPP nesse momento torna-se realmente nosso inimigo e não é com certeza nosso aliado.

P — Mas quando o MRPP faz isso afirma que o CDS, é um Partido fascista. No entanto, parece também de considerar que se o CDS fosse fascista, com certeza não seria autorizada a sua existência!

R — Bem! Eu não sei, não tenho nenhuns dados neste momento para dizer que o CDS possa ter no seu seio elementos fascistas, ou pelo menos profundamente ligados ao anterior regime. Mas se o CDS se considerar um Partido que pretende francamente caminhar num clima de tranquilidade para a reconstrução da vida nacional sem recorrer à violência, polo encantado! Agora como aconteceu, por exem-

- CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - 1ª SC

ORGÃO: JB	ASSUNTO: (5)
DATA: 05/01/75	Portugal continuação

RESUMO:

plo, no caso do 28 de setembro — em que Partidos como o Partido Liberal e o Partido do Progresso que ao que se sabe pretendiam através de uma ação violenta contrair todo o programa que nós estávamos a estabelecer para a instauração da democracia — é que não! Então esses Partidos da extrema direita passam a ser nossos inimigos. Enquanto o CDS não se manifestar violentamente contra aquilo que nós estamos a pretender estabelecer, deixem-nos falar! Eh pá! E' mais um Partido que deve ter a liberdade de exprimir a sua opinião. Embora tudo nos leve a tender para a esquerda, deixemos, até para manter um certo equilíbrio, que os Partidos da direita ou com elementos ligados à direita se possam manifestar.

P — Representa aqueles que o elegeram.
 R — Eu julgo que os representantes dos Partidos da coligação, ou de qualquer outra

... "neste momento, os nossos aliados são as forças que, a partir do PPD, se afirmam da esquerda"

A vigilância

P — E' de opinião que ainda existe o chamado perigo de reação?

R — Existe. Evidentemente que existe sempre até porque não é de um momento para o outro que um conjunto de circunstâncias que se viviam antes do 25 de abril — em que havia um Partido único com determinados privilégios políticos, económicos etc. — se esbatem e desaparecem. Um Partido único que se foi afirmando categoricamente ao longo de cinco décadas, pode estar profundamente apodrecido nos seus alicerces mas subsiste pelo menos no espírito. Há portanto a necessidade de estar vigilante até que o espírito da democracia esteja realmente implantado no nosso país.

P — Existindo portanto o perigo da reação, não será uma "leviandade" o fato da lei eleitoral exigir a um Partido 5 mil assinaturas, de membros ou simpatizantes como condição de candidatura? Isto é, caso a direita tome o Poder essas listas de nomes não serão uma ótima indicação para um começo de, como é costume dizer-se, "caça às bruxas".

R — Eu julgo que esses nomes não serão tornados públicos e que ficarão só no conhecimento de uma comissão que, de acordo com a lei de formação de Partidos, verificará as assinaturas e aceitará o Partido como constituído. Creio portanto que serão dados estritamente confidenciais utilizados pela referida comissão para que não haja qualquer hipótese de fraude à lei constituída.

P — A lei eleitoral, ao exigir as 5 mil assinaturas, consigna praticamente a impossibilidade de haver candidatos independentes. Não seria mais saudável, em nome de uma democracia pluralista, a existência desses candidatos.

R — Os candidatos independentes representam um perigo resultante do fato da sua posição ser meramente individual e portanto não poder ser considerada como representativa de um grupo, o que, seria inconveniente para a elaboração da Constituição.

associação cívica se possa constituir em Partido, nos dão a garantia de representarem grande número de elementos de uma determinada linha de opinião. Isto é muito importante. Por exemplo, em reuniões do MFA, apareciam elementos com determinadas opiniões tendo sempre o cuidado de frisar que não era só a sua maneira de ver o problema mas também a de mais 20 oficiais da sua unidade.

Interessa-nos muito mais neste momento que haja grupos grandes, devidamente representados, do que elementos dispersos que possam vir a assumir determinada representatividade.

A independência

P — No programa do MFA fala-se no respeito pelas alianças tradicionais. No entanto, a independência nacional não exigirá um certo neutralismo face aos blocos militares? Será possível a um país pequeno como o nosso manter a sua independência no interior da OTAN?

R — A independência nacional, para um país pequeno como o nosso e que está bastante vinculado por diversos laços a outros países, sobretudo grandes potências, é extremamente difícil de conseguir. Nós afirmamos desde o início que enquanto não for eleito o Governo definitivo não abdicaremos de qualquer dos nossos compromissos internacionais. A OTAN está neste caso. Tenho já dito várias vezes que a OTAN só poderá vir a constituir para nós um problema se em todas as eleições a realizar até outubro de 1975, o Partido Comunista — sobretudo o Partido Comunista — vier a instalar-se no Poder. Isto, porque passava a existir um contra-senso que era o de, no seio de um organismo de defesa contra o avanço militar comunista, estar incluído um Governo comunista. Até a constituição de um Governo, portanto, a situação manter-se-á, resumindo-se a nossa participação praticamente à cedência de infra-estruturas para a manutenção de uma série de órgãos pertencentes à OTAN. Sob o ponto-de-vista económico a neutralidade é também extremamente difícil de conseguir e para isso estamos a fazer um es-

- CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - 1ª SC

ORGÃO: JB

ASSUNTO:

(6)

DATA: 05/01/75

conclusão (Portugal)

RESUMO:

forço extraordinário de abertura, quer a Lesle quer a Oeste, quer em relação ao Terceiro Mundo no sentido de atenuarmos as nossas dependências de abastecimento em matérias-primas. A independência económica dependerá fundamentalmente da planificação que o nosso Governo conseguir delinear.

“Enquanto o CDS não se manifestar violentamente contra aquilo que nós estamos a pretender estabelecer, deixem-nos falar! Eh pá!”

P — Os EUA já demonstraram no caso do Chile não estarem dispostos a assistir de braços cruzados à instauração de um regime de esquerda em países que tradicionalmente estão na sua esfera de influência. Que lhe parece?

R — Isso é das tais perguntas difíceis de responder até porque temos conhecimento pela imprensa de algumas afirmações de entidades altamente responsáveis da política americana. Dizem-nos que não estariam dispostas a admitir qualquer caminho para o socialismo ou para um regime do tipo que se estabeleceu no Chile com Salvador Allende. Portanto iriam cortar — a ameaça não foi bem de cortar, foi mais uma pergunta lançada para o ar. Eu julgo ter lido uma frase qualquer do Dr Kissinger em que ele perguntava “mas iremos nós assistir de braços cruzados à instauração do comunismo em Portugal?” Se o Chile representa um valor económico grande para os EUA devido à existência do estanho e de outros minerais, Portugal pela sua situação estratégica na Europa e como porta aberta para o Mediterraneo é extremamente importante. E não sei se os EUA não estarão na disposição de interterir no nosso país. Eu estou convencido disso, se por acaso houver uma viragem muito grande à esquerda.

Ai se isso se verificar é que se torna profundamente necessário a tal noção de patriotismo de que nós estamos infelizmente afastados há muito tempo.

P — Se por acaso houvesse um Chile em Portugal, cremos que o Senhor Brigadeiro estaria numa situação muito melindrosa.

R — Estou sempre em boa e má situação, mesmo sem Chile. Um Chile aqui é praticamente impossível verificar-se até porque a grande maioria das FA aderiram perfeitamente à ideia de virarem a esquerda — de dar à sociedade portuguesa um sentido socializante.

P — Se, eventualmente um golpe da direita devolvesse o Poder às forças reacionárias, os primeiros alvos a serem atingidos, por aquilo a que se chama o poder “capitalista-terrorista”, seriam certamente os elementos que tinham estado no Poder, portanto o MFA.

R — Sem dúvida.

BN

Brasília - DF,

Em 5 de fevereiro de 1975.

ESTUDO SUCINTO Nº 009/1a.SC/751. ASSUNTO

Visita de autoridade militar portuguesa ao BRASIL.

2. ORIGEM

Ordem verbal do Exmº Sr Secretário-Geral do CSN, em decorrência do contido no Telex nº 277-SECRETO, de 30 de janeiro de 1975, da Embaixada do BRASIL em PORTUGAL.

3. LEGISLAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO BÁSICAS

- Decreto nº 58.384, de 10 Mai 66, que fixa normas de procedimento com referência a convites para a visita de militares ou de organizações militares estrangeiras, ao BRASIL, em caráter oficial.
- Dossiê A.1.5.2
- Aviso nº G/01/900.2(F42) (A), SECRETO, de 27 ^{Nov} Nov 74, do Ministério das Relações Exteriores.
- Telex nº 277-SECRETO, de 30 Jan 75, da Embaixada do Brasil em PORTUGAL.

4. ANTECEDENTES

- Esta Secretaria-Geral tem realizado vários estudos referentes às relações BRASIL, PORTUGAL e ÁFRICA. Trata-se de assunto que por suas repercussões, se relaciona diretamente com os interesses da Segurança Nacional.
- Em 27 de março de 1974, esta Secretaria-Geral tomou conhecimento, através de Aviso do Itamaraty, do documento intitulado "Portugal - Papel de posição para orientação dos porta-vozes do Governo", aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

- Embora o referido documento esteja orientado mais especificamente para o problema dos então territórios ultramarinos portugueses, cabe destacar:

"O Brasil mantém com Portugal laços especiais que resultam da comunidade lingüística e cultural e da própria permanência e intimidade das relações históricas. Tais laços se cerram e se ampliam na medida em que consultam aos interesses nacionais de cada país. O Governo brasileiro vê com especial atenção a preservação desses vínculos."

- A 25 de abril de 1974 eclodiu em PORTUGAL uma revolução que, sob a liderança de militares, promoveu substanciais modificações no quadro político daquele país, com importantes reflexos nas relações luso-brasileiros.
- Em junho de 1974 esteve em visita ao BRASIL, em missão oficial, uma comitiva de representantes do Governo português da qual participavam o General CARLOS GALVÃO DE MELO, então membro da Junta de Salvação Nacional, e o Major VICTOR ALVES, Conselheiro de Estado. A referida visita foi acompanhada por esta Secretaria-Geral por meio do noticiário da imprensa.
- Complementando o encontro com os Embaixadores brasileiros em países africanos, o Chanceler do BRASIL visitou PORTUGAL, oficialmente, no final de 1974.
- Com o documento de origem, encaminhado informalmente pelo Itamaraty, o Embaixador brasileiro em PORTUGAL relata contatos efetivados em LISBOA, por personalidades portuguesas, com o objetivo de estimar as possibilidades do Governo brasileiro vir a atender uma pretensão do General OTELO SARAIVA DE CARVALHO, no sentido de que este militar venha a ser convidado a visitar o BRASIL, em caráter oficial.

5. APRECIACÃO

5.1 - Síntese do documento de origem

- O General OTELO SARAIVA DE CARVALHO, Comandante Adjunto do Comando Operacional do Continente (COPCON) e Comandante da Região Militar de LISBOA, está interessado em visi

- visitar o BRASIL, acompanhado de sua esposa, se possível antes das eleições portuguesas.
- Este Oficial General é considerado o principal planejador do "25 de abril" e elemento de grande prestígio dentro das Forças Armadas, bem como apontado por alguns como provável substituto do Presidente COSTA GOMES.
 - O objetivo da viagem seria o de conhecer o modelo político, econômico e social brasileiro, mediante entrevistas com autoridades civis e militares e visita aos polos de desenvolvimento de SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO. Poderia abranger, também, visitas a estabelecimentos militares, onde, se solicitado, estaria disposto a pronunciar conferências sobre a Revolução portuguesa.
 - Os contatos iniciais com a Embaixada brasileira foram realizados por meio de personalidades civis, da confiança do General SARAIVA DE CARVALHO, que demonstraram não estar aquele Oficial interessado em conduzir as gestões através do Ministério de Negócios Estrangeiros, em face de suas recentes divergências com o Chanceler MÁRIO SOARES. Foi esclarecido que os contatos foram conduzidos por aquelas pessoas, e não por militares, tendo em vista a possibilidade de ser dada uma resposta negativa. No entanto, diante de um aceno favorável por parte do BRASIL, novos contatos seriam realizados por Oficiais do Estado-Maior do Comandante Militar de LISBOA.
 - Diplomatas brasileiros, em encontro com alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tomaram conhecimento que o Chanceler MÁRIO SOARES considera conveniente tal convite tendo em vista uma possível "influência benéfica" do BRASIL sobre aquele visitante.
 - Parecer da Embaixada brasileira em LISBOA
 - "- Embora se tratando de personalidade controvertida, pelas suas posições e declarações nem sempre comedidas, acredito que deva ser considerada favoravelmente a referida iniciativa, dada a importância atual e as pers

perspectivas futuras de SARAIVA DE CARVALHO no Movimento das Forças Armadas e na vida político-militar deste país. Não creio que possam haver, para o BRASIL, aspectos negativos, incapazes de serem neutralizados por uma cuidadosa programação da viagem. Pelo contrário, penso que, tal como ocorreu com as viagens de GALVÃO DE MELO e VICTOR ALVES, poderá esta iniciativa contribuir para melhorar a imagem brasileira neste país, sobretudo junto às classes militares".

- Parecer do Itamaraty

- Está consubstanciado em documento informal do Ministro de Estado, de 31 de janeiro do corrente, onde consta:

"Concordo inteiramente com a opinião do Embaixador FONTOURA."

5.2 - Análise da legislação pertinente

5.2.1 - Decreto nº 58.384, de 10 de maio de 1966.

Fixa normas de procedimento com referência a convites para visita de militares ou de organizações estrangeiras, ao BRASIL, em caráter oficial.

"Art. 1º - São autoridades competentes para convidar militares ou representações de organizações militares estrangeiras a visitarem o Brasil em caráter oficial:

a) os Ministros da Marinha, Guerra ou Aeronáutica, no caso de militares estrangeiros da Força correspondente;

b) o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, no caso de Delegações de Órgãos Militares ou paramilitares estrangeiros que sejam compostas por oficiais de mais de uma Força Armada, ou, em qualquer caso por determinação do Presidente da República;

.....

§ 1º - A formulação de convite para a visita de

Oficial-General dependerá de prévia autorização do Presidente da República.

.....

Art. 2º - A autoridade que desejar convidar militares estrangeiros solicitará, inicialmente, o pronunciamento do Ministério das Relações Exteriores sobre a oportunidade e a conveniência do convite.

§ 1º - Os convites serão encaminhados, em princípio por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, à representação diplomática brasileira no país dos militares a serem convidados ou, quando for o caso ao Chefe da Missão Diplomática desse país no Brasil.

Art. 3º - Tão logo seja formulado o convite e definidas as bases para a realização da visita oficial a autoridade a quem coube a iniciativa comunicará tal fato, por escrito:

a) às demais autoridades competentes, mencionadas no art. 1º, indicando o Órgão que lhes poderá prestar todas as informações julgadas necessárias;

b) à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e ao Serviço Nacional de Informações.

.....

Art. 4º - Aplicam-se no que couber, as prescrições deste Decreto às visitas solicitadas por iniciativas de Governo estrangeiro."

5.2.2 - Comentários.

- A legislação em vigor, no caso específico, permite que a visita seja realizada, indicando várias maneiras para a formalização do convite.
- Este convite poderia ser, oportunamente, concretizado pelo Ministério do Exército ou pelo Estado-Maior das Forças Armadas, conforme preceituam

as letras "a" e "b" do Art. 1º do Decreto nº
58.384, de 10 de maio de 1966.

5.3 - Considerações desta Secretaria-Geral

- Os rumos que a Revolução portuguesa vem tomando, após 25 de abril de 1974, ainda não foram suficientemente definidos.
- Esta Secretaria-Geral não dispõe dos dados e avaliações decorrentes de visitas a PORTUGAL, realizadas por autoridades do Governo brasileiro, após a Revolução de 25 de abril.
- Não obstante, outros elementos disponíveis neste Órgão, em sua maior parte obtidos através de análise de noticiário da imprensa, sugerem:
 - a existência de possível influência comunista ativa sobre o Governo português e sobre as Forças Armadas, incidindo, especialmente, em seus elementos mais jovens;
 - que elementos conservadores daquele Governo estão encontrando dificuldades em conter a ação esquerdista.
- Nestas condições, somente após o conhecimento do resultado das próximas eleições em PORTUGAL e a institucionalização do futuro regime, será possível uma avaliação do adequado comportamento político a ser adotado pelo BRASIL em relação àquele País.
- Até aquela ocasião, não parece conveniente adotar-se uma atitude para com o Governo português que venha a denotar contestação ao seu atual quadro político.
- Com esse objetivo, seria apropriada a concordância do Governo brasileiro com relação à visita pretendida, tanto mais considerando que, segundo o documento de origem, não existe oposição por parte do Chanceler MÁRIO SOARES, quanto à realização da mesma.
- Demais, a concretização de tal visita seria útil para conseguir-se mais dados de juízo para uma avaliação da atual conjuntura portuguesa e suas perspectivas futuras.

- Por outro lado, o movimento de 25 de abril propiciou uma situação onde está presente uma nítida inversão de hierarquia no seio das Forças Armadas.
- Tal aspecto do movimento português não recomenda a efetivação de conferências, por parte do General SARAIVA DE CARVALHO, em estabelecimentos militares de ensino, no BRASIL, sobre a Revolução de PORTUGAL.
- No entanto, talvez fosse oportuna e desejável a realização de palestra sobre o tema, para um auditório composto de elementos do alto escalão do Governo, previamente selecionados.
- A visita do General SARAIVA DE CARVALHO seria tanto mais proveitosa para os interesses brasileiros na medida em que o conhecimento, por parte daquela autoridade, do modelo político, econômico e social do BRASIL pudesse auxiliar ao Movimento de 25 de abril a encontrar um rumo compatível com os ideais democráticos.

6. CONCLUSÕES

- A visita do General OTELO SARAIVA DE CARVALHO, caso venha a se efetivar, não traz inconvenientes à Segurança Nacional, desde que adstrita aos objetivos propostos e realizada na época sugerida.
- Tendo em vista a necessidade de se atribuir caráter preponderantemente militar ao evento, o Órgão mais indicado para oficializar o convite e preparar a respectiva programação seria ou o Ministério do Exército ou o Estado-Maior das Forças Armadas.
- A realização de conferências, por parte do General SARAIVA DE CARVALHO, em estabelecimentos militares de ensino do BRASIL, seria desaconselhável no momento.

7. PROPOSTA

- Encaminhar o presente estudo ao Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral, sugerindo como medida decorrente, caso aprovadas as conclusões acima, seja o Itamaraty autorizado a orientar a Embaixada brasileira em LISBOA, no sentido de insinuar uma reação favorável por parte do Governo brasileiro.



(418)

S E C R E T O

SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

AVISO Nº 029 /75

Brasília - DF,

Em 12 de fevereiro de 1975.

Senhor Ministro

Incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Presidente da República de dirigir-me a Vossa Excelência a respeito da consulta do Embaixador brasileiro em LISBOA, sobre gestões iniciais a respeito de uma possível visita, ao BRASIL, do General OTELO SARAIVA DE CARVALHO.

Apraz-me informar a Vossa Excelência que foi concedida autorização presidencial para que essa Secretaria de Estado oriente a Embaixada do BRASIL em PORTUGAL, no sentido de insinuar uma reação favorável do Governo brasileiro à mencionada visita, que de verá se revestir de caráter predominantemente militar.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração.

**General-de-Divisão HUGO DE ANDRADE ABREU
Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional**

A Sua Excelência

**Embaixador ANTÔNIO FRANCISCO AZEREDO DA SILVEIRA
DD Ministro das Relações Exteriores**

S E C R E T O

480



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Posto

- Para conhecimento
- Remetidos pelo *Stameroty*

M

Maço básico de informação

1. PORTUGAL - Situação política institucional, social, trabalhista e econômica.
2. PORTUGAL - Estudo sobre as relações luso-brasileiras no planos político, econômico, cultural e imigração.
3. PORTUGAL - Perfis biográficos

10/12/76

S E C R E T O

P O R T U G A L :

SITUAÇÕES POLITICA, INSTITUCIONAL,
SOCIAL, TRABALHISTA E ECONOMICA

EMBAIXADA DO BRASIL
LISBOA, DEZEMBRO DE 1976

1. A SITUAÇÃO POLÍTICA

Mal se fez vitoriosa, a Revolução do 25 de Abril evidenciou as contradições que trazia em seu âmbito. Desde antes da constituição do I Governo Provisório, opuseram-se Spínola e seu grupo, que apenas tardia e marginalmente participaram do movimento, e os jovens capitães politizados, que a tramaram e a desençadearam. Da disputa, emergiu solução de compromisso: Spínola estabeleceu o Governo e a Junta de Salvação Nacional, com elementos conservadores; porém, no Conselho de Estado, viu-se forçado a colocar, ao lado de civis de sua confiança, alguns dos militares esquerdistas que acreditavam ser o MFA o "motor" do processo revolucionário português. Para estes, a revolução não se esgotara com a queda do caetanismo e das estruturas políticas herdadas do passado. Cumpria enfeixar, nas mãos do Estado, a totalidade dos poderes, especialmente o econômico. Daí as violentas depurações ("saneamentos selvagens"), assim como o assalto organizado aos órgãos de comunicação social e aos diversos escalões da administração pública, que Spínola assistiu algo contrafeito.

Enquanto a Nação era propositadamente lançada ao caos, pois dos escombros seria mais fácil tudo reconstruir, segundo o modelo marxista escolhido pela jovem oficialidade, Spínola via-se compelido a substituir os comandos militares, ainda entregues a oficiais da velha escola. Surge então, como Comandante do COPCON, o Major Otelo de Carvalho, ao passo em que foram mudados, por militares adrede escolhidos entre a esquerda, os chefes dos Executivos de Angola e Moçambique.

Para confrontar a autoridade de Spínola, os militares esquerdistas constituíram a "Comissão Coordenadora do Programa do MFA", que logo abusou em interpretações marxistas dos princípios liberais, sob cuja égide se desencadeara o "25 de Abril". Implantada a indisciplina nos corpos de tropa, surgiram cadeias de comando paralelas, afetas a grupos de extrema-esquerda. Enquanto isso, o PCP e grupos ideologicamente afins implantavam a estrutura de enquadramento político nos sindicatos industriais e rurais, sobretudo no "cinturão industrial" de Lisboa e Porto, bem como nos latifúndios do Alentejo e do Ribatejo.

Uma primeira tentativa de recuperação do poder por Spínola traduziu-se no fracasso do 11 de junho, quando o Primeiro-Ministro Palma Carlos tentou impor à "Comissão Coordenadora do Programa do MFA" uma eleição presidencial antecipada, destinada a ressaltar o prestígio do Chefe-de-Estado. Frustrada em seu nascedouro, tal ação trouxe a queda do Primeiro-Ministro e sua substituição pelo "testa-de-ferro" do PCP no MFA, o então desconhecido Coronel Vasco Gonçalves.

O confronto ultrapassou aí o binómio Spínola/MFA, pois do governo tripartite apenas o PPD emprestava ainda algum apoio ao Presidente. Este tenta reagir, uma segunda vez, com a manifestação da "maioria silenciosa". A noite de 27 de setembro, milícias armadas dos partidos de esquerda e extrema-esquerda barram aos conservadores do norte os acessos à Capital; o COPCON, à beira da revolta, desobedece ao Presidente; grupos de manifestantes assediam o Palácio de Belém. No dia seguinte, depois de dramático manifesto à Nação, em

em que denuncia a desagregação da autoridade estatal e o processo de tomada do poder por comunistas, Spínola renuncia. Começa então a segunda fase da Revolução Portuguesa.

Sucedê-lhe o então Chefe do EMGFA, Costa Gomes, sinuoso personagem, conspirador nato, obcecado pelo poder, que realizara o milagre de passar de ex-Ministro de Salazar a Chefe-de-Estado de regime comunizante. O poder real aí era, no entanto, exercido pelo Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, pelos seus assessores vinculados ao PCP e pela recém-constituída Assembléia do MFA, destinada, na concepção de seus animadores, a criar as estruturas do poder popular.

A matroça, praticamente sem Governo atuante, com os comunistas a agitar sindicatos, promover "ocupações selvagens", dominar a imprensa e tentar controlar o meio estudantil, com a indisciplina militar a crescer, o país chega a 11 de março de 1975, quando, em movimento até agora mal explicado, um grupo de oficiais ligados a Spínola tenta canhestro movimento revoltoso, logo debelado. A iniciativa serviu de pretexto à estatização maciça dos setores bancário e industrial, a ondas de prisões, ao acelerar do processo descolonizatório, à imposição da INTERSINDICAL, à desordem institucionalizada.

A 25 de Abril de 1975, pela voz das urnas, o povo português, apesar do predomínio do PCP nos aparelhos do Estado e da comunicação social, repudiou o comunismo. O PS e o PFD, que já se haviam desvinculado do governo Vasco Gonçalves, se tornam respectivamente o primeiro (37%) e segundo (26%) partidos do país, ao passo que o PCP, mesmo com

com seu aliado MDP-CDE, oscilava pelos 16% dos sufrágios. Estava desmascarado o mito da vocação revolucionária lusa, embora os partidos de esquerda "latu sensu" tivessem capturado pouco mais da metade dos votos.

A Assembléia Constituinte reuniu-se e trabalhou em ambiente caótico e pleno de pressões, chegando a ser sequestrada por sindicalistas e fiscalizada pelo MFA. Mas o peso da votação democrática, assim como o desgoverno geral do país, a balbúrdia nas assembléias militares, a rebeldia nos corpos de tropa, a vergonha da descolonização inspiraram um movimento inicial de contestação a Vasco Gonçalves. É a Assembléia de Tancos, quando oficiais do Exército exigem a mudança da linha governamental: segue-se-lhe a destituição de Vasco Gonçalves e a posse de Pinheiro de Azevedo, imediatamente contestado pelas esquerdas. Apesar de breves, foram duros os meses de governo do novo Primeiro-Ministro: assiste ele a seu próprio sequestro, ao assalto e incêndio da Embaixada de Espanha, à destruição planejada da autoridade estatal, ao drama dos retornados, ao aumento das "ocupações selvagens", à mobilização sindical realizada pelo PCP e, finalmente, à revolta dos paraquedistas. A consequência deste movimento insurrecional, igualmente logo debelado, foi o emergir de um grupo de oficiais, logo congregado em torno dos coronéis Ramalho Eanes e Firmino Miguel, que pregava revolução moderada e pluralista, tendo como pressuposto a ressurreição da ordem pública e da autoridade estatal.

As sequelas do "25 de Novembro" trouxeram um semblante de início de retorno da normalidade à Nação. O Go

Governo, se não pôde, pelo menos tentou governar; a Assembleia Constituinte deixou de ser coagida; os meios de comunicação social cessaram de ser dominados pelo PCP e pela esquerda radical; o General Otelo de Carvalho e o grupo militar seu apaniguado perderam os comandos; unidades conhecidas por seu espírito de rebeldia foram desativadas. O MFA deixou de ser o "motor", passando a ser o "garante" do processo revolucionário. Mas a esquerda militar extremada, posto que vencida, conservou posições de influência no Governo, no Conselho da Revolução e em certos grandes comandos. Afastado Vasco Gonçalves, comprometido por seus próprios excessos, passaram a liderá-la o Chanceler Melo Antunes e alguns oficiais da Marinha com ascendência na Arma.

Promulgada a 2 de abril de 1976, a nova Constituição tornou o país mais difícil de ser governado, pois trata-se de peça eivada de contradições e repleta de princípios marxistas, ao lado de outros liberais, vasada em linguagem sectária e em desacordo com a nação real.

Sob a égide do novo ordenamento constitucional, foram realizadas duas outras eleições: a da Assembleia da República, a 25 de abril, e a do Presidente da República, semanas depois. Na primeira o PS confirmou seu predomínio, embora baixando de 4% a participação nos votos, havendo o PCP diminuído seus sufrágios para 7%. Na segunda foi eleito Presidente da República, por 61% do eleitorado, o General Ramalho Eanes, candidato do PS e dos dois movimentos de tendência conservadora, o PPD (agora PSD) e o CDS; novidade no processo foi o aparecimento de grupo de esquerda, à sinistra do

do PCF, os "GDUP" que, com seu candidato Oteelo de Carvalho, receberam a expressiva percentagem de 16,5% dos sufrágios; o referido grupo, no entanto, tende agora à decadência, pela disparidade ideológica e política de seus membros.

Chefe-de-Estado discreto nas primeiras semanas, Ramalho Eanes, mal sentiu o poder nas mãos, cuidou de reforçá-lo no domínio militar, alternando comandos de pouca confiança, reimpondo a disciplina castrense e promovendo modificações no Conselho da Revolução. Nas relações entre este órgão e o Presidente da República, de um lado, e o Primeiro-Ministro, de outro, encontra-se o futuro do processo revolucionário português. No entanto, Portugal deverá enfrentar ainda situações difíceis, em virtude da infiltração da extrema-esquerda em quase todos os setores, inclusive nas Forças Armadas, e do grave quadro econômico-social. Corre ainda os riscos de o descontentamento militar, aliado ao desencanto popular com a Revolução, vir a ser explorado pelas esquerda e direita, ambas ativas.

No momento, se defronta o Estado português com uma tríplice crise institucional, talvez episódica: o I Governo Constitucional, inoperante e descoordenado, salvo em alguns poucos setores; a Assembléia da República, marginalizada e perdida em debates gongóricos; e o Conselho da Revolução, com competência encavalada sobre os demais órgãos do poder e com profundas divisões internas, mas ainda persistente em exercer seu papel de predomínio constitucional.

Nesse panorama fluído, carregado pelas crises econômica e social, Ramalho Eanes está emergindo como diri

dirigente de autoridade firme e idéias claras, que, sem ser aspirante a ditador, aparece como líder capaz de reimpôr, com serena energia e algumas medidas impopulares, a ordem e o bom-senso. Enquanto isso, Mário Soares logrou consolidar sua posição dentro do Partido Socialista, cujo recente congresso nacional fez prevalecer a tendência mais moderada e afinada com os militares em comando de unidades, o que facilitou a modificação do Governo, através do afastamento do Ministro da Agricultura, Lopes Cardoso, líder da corrente de esquerda. Do bom entrosamento entre ambos - Ramalho Eanes e Mário Soares - muito dependerá o futuro da democracia portuguesa.

No caso de manter-se a tendência para a deterioração da conjuntura econômico-social, sem o I Governo Constitucional manifestar sinais de operância e capacidade, poderá o país ser levado a uma das soluções seguintes, apresentadas em ordem decrescente de possibilidades: a) a remodelação do Governo, com a substituição dos tecnocratas menos eficientes (como o Ministro das Finanças); b) a constituição de um Governo de coligação entre o PS e o PSD (ex-PPD), ou mesmo entre o PS, PSD e CDS; c) a formação de um "Governo de Salvação Nacional", com a participação de militares e civis, políticos e tecnocratas, sem representação partidária; e d) a realização de novas eleições para a Assembléia da República.

É admissível que, no caso de acelerada deterioração do quadro político-econômico-social, tais soluções constitucionais se tornem impraticáveis e se venha a impor uma intervenção militar mais profunda na administração do país,

país, com a conseqüente instauração de um regime autocrático, provavelmente de inclinação direitista, que, sob a capa de aparente democracia, promoverá a revogação da Constituição, a dissolução da Assembléia da República e a suspensão dos partidos políticos, de maneira a assumir o total controle governamental, sem limitações ou coações de qualquer espécie.

Assim, a experiência socialista de Mário Soares poderá constituir a última possibilidade da instauração de um regime democrático em Portugal.

2. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

a) Forma política do Estado

Segundo a Constituição da República Portuguesa, promulgada em 2 de Abril de 1976, Portugal é um Estado Democrático baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objetivo assegurar a transição para o socialismo.

b) Organização política

São órgãos de soberania:

- o Presidente da República;
- o Conselho da Revolução;
- a Assembléia da República;
- o Governo; e
- os Tribunais.

- Presidente da República:

Eleito por sufrágio universal, direto e secreto dos cidadãos maiores de 18 anos recenseados no território nacional, desempenha, por inerência, as funções de Presidente do Conselho da Revolução e de Comandante Supremo das Forças Armadas. O mandato do Presidente da República tem a duração de 5 anos, terminando o do atual Presidente, General Ramalho Eanes, em 14 de Janeiro de 1981, nos termos das disposições transitórias da Constituição.

- Conselho da Revolução:

Tem funções de Conselho do Presidente da República, garantindo o regular funcionamento das instituições democráticas e o cumprimento da Constituição, e funcionando tam-

também como órgão político e legislativo em matéria militar.

Compõem o Conselho da Revolução: o Presidente da República, o Chefe e o Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, os Chefes do Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas, o Primeiro-Ministro (quando for militar) e catorze oficiais (oito do Exército; três da Força Aérea; e três da Armada, designados pelos respectivos ramos das Forças Armadas).

Junto ao Conselho da Revolução funciona a Comissão Constitucional, integrada por um membro daquele Conselho, que a preside (Melo Antunes), quatro juizes e quatro cidadãos de reconhecidos méritos. Compete a essa comissão dar parecer sobre a constitucionalidade dos diplomas apreciados pelo Conselho da Revolução, pronunciar-se sobre a existência de violação das normas constitucionais e julgar questões de inconstitucionalidade.

- Assembleia da República:

O Parlamento, designado por Assembleia da República, conta, neste momento, com 263 deputados, sendo a Assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses.

As eleições para este órgão legislativo realizaram-se em 25 de Abril de 1976, terminando o mandato em 14 de Outubro de 1980.

A Assembleia da República, além do poder de elaborar leis sobre todas as matérias, salvo as reservadas ao Conselho da Revolução e ao Governo, pode aprovar alterações à Constituição, adotar as leis do Plano e do Orçamento e autorizar o Governo a realizar empréstimos e outras operações

operações de crédito.

Compete-lhe ainda, nomeadamente, exercer funções de fiscalização em relação aos atos do Governo e da Administração, apreciar o programa do Governo, votar moções de confiança e de censura ao Governo, bem como designar o Provedor de Justiça.

- Governo

O Governo é o órgão de condução da política geral do país e órgão superior da Administração Pública. O atual Governo foi formado pelo Partido Socialista, com a colaboração de alguns independentes, de acordo com as prerrogativas concedidas pela Constituição ao partido de maior representatividade democrática, mesmo que não tenha alcançado a maioria absoluta, como é o caso.

Presidido pelo Secretário-Geral do Partido Socialista, Mário Soares, compreende os seguintes Ministérios: Defesa, Plano e Coordenação Económica, Administração Interna, Justiça, Finanças, Negócios Estrangeiros, Agricultura e Pescas, Indústria e Tecnologia, Comércio e Turismo, Trabalho, Educação e Investigação Científica, Assuntos Sociais, Transportes e Comunicações, Obras Públicas e Habitação, Urbanismo e Construção.

Existem ainda um Ministro de Estado e um Ministro sem pasta.

O Governo é politicamente responsável perante o Presidente da República e a Assembleia da República.

- Tribunais

Os tribunais são órgãos de soberania com com

competência para administrar a justiça em nome do povo.

Em Portugal há tribunais judiciais de primeira instância, de segunda instância e o Supremo Tribunal de Justiça. Há ainda tribunais militares e um Tribunal de Contas.

Poderá haver tribunais administrativos e fiscais.

Os tribunais de primeira instância são, em geral, tribunais de comarca, os de segunda instância são, em regra, tribunais de relação, sendo o Supremo Tribunal de Justiça o órgão superior da hierarquia dos tribunais judiciais.

Os tribunais militares têm competência para o julgamento dos crimes essencialmente militares, podendo a lei, por motivo relevante, incluir na sua jurisdição crimes dolosos que lhes sejam equiparáveis.

O Tribunal de Contas dá o seu parecer sobre a Conta Geral do Estado, fiscalizando a legalidade das despesas públicas e julgando as contas que a lei lhe mandar submeter.

c) Poderes do Governo central e das Autoridades regionais

De acordo com a Constituição, compete ao Governo, no exercício de funções políticas:

- 1) referendar os atos de Presidente da República,
- 2) negociar e ajustar convenções internacionais;
- 3) aprovar acordos internacionais, bem como os tratados cuja aprovação não seja da competência do Conselho da Revolução ou da Assembléia da República; e
- 4) praticar os demais atos que lhe sejam cometidos pela Constituição ou pela lei.

Compete ao Governo, no exercício de funções le-

legislativas:

- 1) fazer decretos-lei em matéria não reservada ao Conselho da Revolução ou à Assembléia da República;
- 2) fazer decretos-lei em matéria reservada à Assembléia da República, mediante autorização desta; e
- 3) fazer decretos-lei de desenvolvimento dos princípios ou das bases gerais dos regimes jurídicos contidos em leis que a eles se circunscrevam.

Para além das competências legislativa e política, ao Governo incumbe o exercício das funções administrativas correntes.

Quanto aos poderes das autoridades regionais ou autarquias locais, eles serão exercidos por uma assembleia a eleger em 12 de dezembro de 1976, dotada de poderes deliberativos, e um órgão colegial executivo perante ela responsável.

As autarquias locais são constituídas pelos seguintes organismos:

- Assembléia de Freguesia;
- Junta de Freguesia;
- Assembléia Municipal;
- Câmara Municipal; e
- Conselho Municipal.

-Partidos Políticos

Os principais partidos políticos estão representados na Assembléia da República, com o seguinte número de deputados:

- Partido Socialista 107

- Partido Socialista	107
- Partido Popular Democrático	73
- Centro Democrático Social	42
- Partido Comunista Português	40
- União Democrática Popular	<u>1</u>
	263

3. SITUACÃO SOCIAL E TRABALHISTA

Entre 1960 e 1970, a população total do território metropolitano português decresceu de 8.851.289 para 8.274.108 habitantes; e, segundo estimativas oficiais, seria de pouco mais de 8.160.000 habitantes às vésperas do "25 de Abril". Essa tendência declinante, fenômeno raro em países em desenvolvimento, é explicada não apenas por baixa taxa de natalidade, mas sobretudo por volumosa corrente emigratória, que, entre 1965 e 1972, escolheu entre 100.000 e 150.000 pessoas por ano. A população empregada foi, em 1960 e 1970, de 3.130.000 e 3.030.000 pessoas, respectivamente; e, de acordo com estimativas governamentais, teria alcançado as 3.200.000 pessoas (39% da população total) em abril de 1974. Nesse mês, o desemprego atingiria apenas 30.000 pessoas (cerca de 1% da força total de trabalho).

Ao longo de 1974, 1975 e 1976, esse quadro sofreu grandes transformações. Por um lado, a população total do país registrou um brusco e acentuado aumento, devido à conjugação de três causas principais: o retorno ao território metropolitano de quase 1 milhão de portugueses residentes nos territórios ultramarinos, sobretudo Angola; a redução da emigração, em virtude das restrições que, por motivo da recessão econômica mundial, quase todos os países impuseram à entrada do trabalhador estrangeiro; e o regresso das Forças Armadas estacionadas no Ultramar. Assim, a população total se avizinhou dos 9.500.000 ao final de 1976, o que significou um cres-

crescimento anual médio de 5,5% no período pós-revolucionário. Do outro lado, a população ativa teria caído de 3.200.000 para 2.600.000 pessoas (-19%) entre abril de 1974 e dezembro de 1976, representando ao final desse período 27% da população total do país (contra 39%, ao iniciar-se a Revolução Portuguesa). Tal declínio da população empregada, que marginalizara do mercado de trabalho quase 600.000 pessoas ao final de 1976 (23% da força total de trabalho), ocorreu devido à interação dos fenômenos principais seguintes: quebra de numerosas empresas, sobretudo ao longo de 1975, que não conseguiram suportar os descomedidos aumentos nos salários de seus operários, ou enfrentar um quadro econômico interno e externo adverso; retorno das antigas colônias de quase 300.000 trabalhadores; restrições à emigração para quase todos os países da Europa Ocidental, Estados Unidos da América, Canadá e Venezuela; e desmobilização de quase 80.000 soldados, em consequência do término das guerras no Ultramar.

Essa conjuntura social inquietante, que se contrapõe a um quadro demográfico de notável estabilidade, não poderia deixar de ter seus fortes impactos nos planos político e econômico. Os sindicatos e outras entidades representativas dos trabalhadores, que antes do "25 de Abril" eram dóceis instrumentos nas mãos do Governo, foram assaltados pelo Partido Comunista Português e por organizações da esquerda revolucionária; e, para aumentar sua eficácia como instrumento de pressão, foi constituída no começo de 1975 uma central de trabalhadores, a INTERSINDICAL, debaixo do estreito controle do PCP. A formação desses grupos de pressão, que

que atuavam sobre um Governo com pretensões populistas e um patronato acuado, gerou sucessivos e exagerados aumentos salariais, que apressaram a falência de numerosas empresas, ou determinaram a intervenção nessas empresas do Estado, ou ainda facilitaram o estabelecimento de formas canhestras de autogestão pelos operários. Por outro lado, esse aumento da massa salarial, sem a correspondente elevação da produção e produtividade, ativou a demanda privada em geral e provocou forte incremento da importação, mas não teve qualquer efeito benéfico sobre o nível da poupança e do investimento.

No momento, o I Governo Constitucional cuida de desmantelar a INTERSINDICAL, sobretudo através do fortalecimento dos sindicatos independentes daquela central de trabalhadores e controlados pelos socialistas. Ao mesmo tempo, procura conferir maior estabilidade às relações de trabalho e, para isso, vem baixando copiosa legislação, inclusive para facilitar a demissão de operários por justa causa e para estimular a admissão de empregados em regime temporário. Por outro lado, no seu esforço de reorganização da economia, em especial de combate à inflação, tem decidido o congelamento dos contratos coletivos de trabalho, enquanto não estabelece uma política de reajuste salarial em função do aumento do custo-de-vida. Ademais, busca ampliar consideravelmente a oferta de empregos e, no projeto do Plano de Desenvolvimento para 1977, ora em debates na Assembléia da República, está prevista a criação de 125.000 novos postos de trabalho. Por fim, tenta obter junto aos Governos de certos países, como o Brasil e a Venezuela, a

a concessão de facilidades adicionais para o escoamento externo da mão-de-obra excedentária, sobretudo a originária das antigas colônias.

Essas iniciativas para desmontar a INTERSINDI-CAL e destituir os comunistas da direção dos sindicatos, bem como congelar salários e estabilizar as relações capital/trabalho, provocaram nos últimos dois meses a violenta reação dos movimentos políticos à esquerda do Partido Socialista, que acusam o I Governo Constitucional de favorecer a "recupera - ção capitalista" e neutralizar as "conquistas fundamentais dos trabalhadores". Sem incorrer em exagero, pode-se dizer que, nessa disputa entre o Governo e os sindicatos comunistas (inclusive os agrícolas, com predomínio no Alentejo e Ribatejo, zonas prioritárias da reforma agrária), se joga em boa parte o futuro da administração atual do Primeiro-Ministro Mário Soares e da democracia social portuguesa, pois a reanimação econômica e a estabilidade política do país muito depende rão da firme e serena imposição daquelas iniciativas.

4. A SITUAÇÃO ECONÓMICA

A Revolução de 25 de abril de 1974 ocorreu quando a economia portuguesa procurava realizar esforço de reconversão e modernização a fim de, adquirindo dimensão e forma competitiva internacional, poder participar plenamente da Associação Europeia de Livre Comércio e de Comunidade Económica Europeia; e quando, nesse esforço, era perturbada por fatores não apenas internos, como a guerra do Ultramar e seu cortejo de gastos improdutivos, mas também externos, como a ascensão nos preços de combustíveis, a queda nas cotações no mercado mundial de seus produtos de exportação (vinho e cortiça, notadamente) e a diminuição do ritmo do desenvolvimento de quase todos os países da Europa Ocidental, com que é mantida parte preponderante das relações comerciais e de onde provém fração expressiva das receitas de invisíveis.

As principais deficiências estruturais da economia portuguesa a essa época poderiam ser assim sintetizadas:

- na agricultura, a má qualidade dos solos (92% da superfície total) e a irregularidade climática (semestre seco e semestre úmido), acentuadas por estrutura fundiária inadequada (grasso-modo, minifúndio no norte e latifúndio ao sul); reduzida produtividade da maior parte das atividades (baixo grau de mecanização, escasso uso de fertilizantes, etc.); deficiente infra-estrutura de apoio (pesquisa agronómica, transportes, irrigação, etc.); baixa

baixa qualificação dos agricultores; insuficiente oferta da mão-de-obra; inadequados sistemas de crédito e preços mínimos; obsoletos circuitos de comercialização; baixo índice de capitalização das explorações; e tecnologia em geral rudimentar;

- na indústria, a predominância de empresas de menor porte ou estrutura obsoleta, fracamente capitalizadas, baseadas em tecnologias superadas, com elevado emprego de mão-de-obra e baixa produtividade, desenvolvidas mercê de estímulos especiais (elevada proteção tarifária e extra-tarifária, vantagens fiscais e creditícias, mão-de-obra barata, matérias-primas fornecidas pelas colônias a preços privilegiados, etc.) , sem capacidade de plena competição no mercado mundial e voltadas para a acanhada demanda interna;
- no setor de serviços, baixa capitalização e insuficiente tecnologia em certos segmentos (comércio, comunicações, transportes, etc.), cuja expansão foi baseada nas relações privilegiadas de Portugal com suas antigas colônias.

Outra deformação estrutural da economia lusitana decorreu da concentração da produção da riqueza: em 1973, as dez principais empresas geraram receita global equivalente a quase 16% da Renda Nacional; e, como o controle acionário de

de tais empresas era detido por algumas poucas famílias, Portugal apresentava ao mesmo tempo uma concentração na distribuição da renda muito superior à verificada em qualquer outro país da Europa Ocidental.

Tumultuado com sucessivas crises político-institucionais, o processo revolucionário posterior a abril de 1974 não conseguiu sanar, ou sequer concorrer para atenuar, as deficiências estruturais da economia de Portugal. Pelo contrário, agravou-as de maneira sensível. Mais ainda: a essas deficiências estruturais foram acrescentadas dificuldades conjunturais, que vem assumindo inquietantes características e dimensões nestes dois últimos anos. Para tanto muito concorreram certas indefinições no rumo da Revolução Portuguesa, o despreparo de seus líderes para o exercício da função na administração pública e a inexistência de tecnocratas capazes, o que provocou a montagem de máquina governamental pesada, obsoleta e ineficiente, que procurava compor, nos seus múltiplos órgãos de decisão, as várias correntes de pensamento político dos líderes e ideólogos dos sucessivos Governos Provisórios.

Serão a seguir referidas, de maneira sumária, quatro dessas principais dificuldades conjunturais:

- a baixa acentuada na produção, produtividade, poupança e investimento, bem como o aumento descontrolado do consumo privado;
- o desequilíbrio no sistema financeiro interno, com o surgimento de inflação galopante;
- o agravamento substancial do desemprego; e

- a
- a ampliação do deficit no balanço de pagamentos.

Segundo fontes oficiais, o Produto Nacional Bruto (a preços de mercado) teria alcançado em 1976 o valor de US\$ 16 bilhões (cerca de US\$ 1.700 per-capita), que representa um aumento da ordem de 4% sobre o nível do ano passado. Contudo, de acordo com estimativas mais seguras e menos parciais, ocorreu na verdade um retrocesso no PNB, da ordem de 3%, não tão grave quanto o do ano passado (-10%). Tal quebra poderia ser explicada pela interação de três fatores principais: a redução da poupança e do investimento, que por vezes chegou a afetar a reposição do equipamento; o aumento do desemprego a um ritmo considerável, agravado pelo afluxo de retornados das antigas colônias; e a baixa da produtividade, por força da extrema instabilidade política e da convulsão nas relações de trabalho. Não teria esse decréscimo do PNB sido maior devido à evolução dos salários monetários e salários médios em 1974 e 1975, que nos seus aumentos ultrapassaram a subida no custo-de-vida desde abril de 1974, e, assim, estimularam artificialmente a demanda interna, sobretudo o consumo privado, mantendo elevada a atividade em diversos segmentos da economia.

O desequilíbrio do sistema financeiro português pode ser caracterizado pelos dados gerais seguintes: a ocorrência de pronunciados e crescentes deficits no orçamento do Estado, decorrente em grande parte das dificuldades fi-

financeiras de muitas empresas, em especial do setor estatizado (45% da Formação Bruta de Capital Fixo e 20% do Emprego); a redução nos depósitos a prazo em bancos governamentais, devido à falta de confiança no sistema, preferência pela liquidez e dificuldade na captação da poupança; o decréscimo nas disponibilidades cambiais e nas reservas em ouro; e os crescentes recursos à emissão monetária, sem contrapartida no aumento da produtividade e na criação de riqueza. A nova redistribuição de rendimentos, proporcionada por reajustes desmedidos em salários, foi, na sua quase totalidade, dirigida ao consumo, sem resposta real por parte de fração significativa da produção doméstica. Sobretudo em consequência desse estímulo artificial da demanda interna, verificou-se a aceleração do processo inflacionário, que deverá alcançar ao final deste ano os 30% - sem precedente na história recente de Portugal e grave sobretudo por este país não estar aparelhado para enfrentar a ascensão de preços em tais proporções.

Segundo dados oficiais, o desemprego terá já atingido cerca de 15% da população ativa que, pelo censo de 1970, se constituía de 2.966 mil pessoas e, em 1975, seria de 2.821 mil. Todavia, de acordo com estimativas mais seguras, terá chegado a 23% da força total, ativa ou ativável, de trabalho. A tais dados, já em si alarmantes em país habituado apenas a desemprego residual, devem ser adicionadas as pressões de retornados dos antigos territórios ultramarinos (cerca de 1 milhão de pessoas), as situações de sub-emprego (800 mil) ou emprego artificial (mediante a concessão de subsídios governamentais, a proibição dos despedimentos, a imposição de assala

assalariados e empresas agrícolas, etc.), as consequências da desmobilização de grande parte dos efetivos das Forças Armadas após o término da guerra do Ultramar e a considerável redução na emigração (da ordem de 60%), em virtude das restrições impostas à entrada de trabalhadores estrangeiros em quase todos os países da Europa Ocidental, nos Estados Unidos da América e no Canadá.

A redução das exportações, motivada pela diminuição na produção doméstica e pela retração no consumo externo, e o aumento substancial das importações, ocasionado pelo crescente desajuste entre a produção e o consumo internos, geraram um deficit no balanço comercial que, no ano passado, foi de US\$ 1.279 milhões (US\$ 2.537 milhões de importações e US\$ 1.258 milhões de exportações); e, nos primeiros oito meses deste ano, alcançou o valor de US\$ 1.017 milhões (US\$ 1.911 milhões de importações e US\$ 894 milhões de exportações). Ademais, as transferências financeiras de emigrantes portugueses, que em 1973 foram da ordem de US\$ 1.127 milhões, caíram para US\$ 460 milhões no ano passado; o turismo, que rendera em 1973 uma receita cambial de quase US\$ 330 milhões, sofreu um decréscimo de aproximadamente 70% em 1975; e outras receitas de invisíveis, como os investimentos estrangeiros e os transportes, também se deterioraram. Tudo isso concorreu para a formação de crescente deficit no balanço de pagamentos, que, no ano passado, rondou o US\$ 1 bilhão e, nos seis primeiros meses deste ano, registrou a média diária de US\$ 4,3 milhões. Em consequência, as reservas monetárias (em ouro e divisas) caíram de quase US\$ 3 bi-

bilhões (às vésperas do "25 de Abril") para US\$ 1.530 milhões (ao final de setembro último); e o endividamento externo, que praticamente não existia antes daquele movimento revolucionário, está hoje sendo estimado em US\$ 2.469 milhões (15% do PNB) e 15% do valor das exportações já vem sendo canalizados para o pagamento do serviço dessa dívida. Tal situação é bastante reveladora das grandes e complexas dificuldades de um país, como Portugal, cuja economia é altamente permeável nas suas relações externas e muito dependente das receitas com o estrangeiro, que, no seu conjunto, chegou a representar cerca de 40% do PNB em 1973.

As resultantes políticas, econômicas e sociais de um processo revolucionário errático conjugaram-se, assim, com toda uma conjuntura externa desfavorável, tendo criado uma espiral de forças depressivas, cujos sintomas são hoje visíveis na produção, produtividade, consumo, poupança, investimento, emprego, preços, balanço de pagamentos, reservas cambiais e endividamento externo do país. É importante sublinhar que tais indicadores não traduzem, em toda a sua extensão, as implicações negativas daquele processo, pois tem sido possível disfarçá-las através de iniciativas de natureza monetária e creditícia.

É certo que hoje estão atenuados alguns dos vetores políticos que contribuíram para a depressão da economia e a convulsão social. Os mais altos responsáveis do I Governo Constitucional tem-se referido a essa circunstância com frequência, demonstrando nítida compreensão das consequências negativas dos desvairios do "gonçalvismo" e de sua impli

implicação na degradação do quadro econômico-social. Todavia, não conseguiram até o momento criar condições mínimas para alicerçar-se a efetiva recuperação da atividade econômica.

No momento, acaba de ser encaminhado à apreciação da Assembléia da República um projeto de Plano de Desenvolvimento para 1977, que aponta para os seguintes objetivos gerais:

- a melhoria do nível de satisfação das necessidades sociais da população (saúde, habitação, educação, saneamento básico e transportes);
- a absorção progressiva do desemprego, mediante a criação de 125.000 novos postos de trabalho;
- a contenção da dependência econômica externa;
- a redução de deficit orçamentário;
- a elevação da taxa de investimentos de 10% do PNB para 16%;
- a correção das desigualdades na distribuição da renda; e
- a consolidação e a aceleração do relançamento da atividade econômica.

Para isso, estão previstos naquele documento:

- o crescimento real do PIB em 5% relativamente a 1976, de modo a atingir o valor de Esc . 519 bilhões (US\$ 16,7 bilhões, à atual taxa de câmbio);
- a redução do deficit corrente do setor público para US\$ 600 milhões;

- a diminuição do saldo negativo do balanço de pagamentos para US\$ 700 milhões;
- a contenção da taxa de inflação em 15%, inclusive mediante diminuição de consumos, redução dos subsídios a certos bens e serviços, e congelamento dos preços de certos bens essenciais;
- o estabelecimento de um "contrato social" entre o Governo, o patronato e os sindicatos, a fim de orientar a política salarial em função do custo-de-vida;
- a concretização de investimento da ordem de US\$ 940 milhões pelo setor privado;
- a realização de investimentos no valor de US\$ 2.130 milhões por parte do setor público, correspondentes a 70% da Formação Bruta de Capital Fixo; e
- do total da Formação Bruta de Capital Fixo (US\$ 2.735 milhões), aplicações de 31% na indústria, 23% na habitação, 22% em transportes e comunicações, 10% em eletricidade, água e gás, 5% em educação, 2% na agricultura, 2% na saúde, 1% na pesca, 1% no comércio e armazenamento, e 3% em outras atividades.

Além de apresentar as desvantagens de um período de aplicação por demais curto, esse plano para 1977 representa um elenco desconexo de propósitos ou providências, não parecendo dispor de condições para resolver os problemas graves do país.

país.

No caso de Portugal persistir na sua disposição de seguir um modelo capitalista ou neo-capitalista, como vem evidenciando o I Governo Constitucional, esses problemas só poderão ser solucionados mediante a adoção de um conjunto de iniciativas radicais e firmes, entre os quais:

- a reformulação da Constituição, expurgando-a da filosofia marxista que influenciou sua elaboração sobretudo entre março e outubro de 1975;
- a reforma das instituições de poder, de modo a conferir maiores responsabilidades ao Executivo (Presidente da República), em lugar do presente sistema de distribuição parcelada e desarticulada de atribuições entre o Presidente da República, o Conselho da Revolução, o Primeiro-Ministro e os demais integrantes do Conselho de Ministros, e a Assembléia da República;
- a elaboração de um plano realista de desenvolvimento, e não a amálgama desarticulada de iniciativas de cariz capitalista, sob a capa de pretensão socialismo, que vem sendo adotada até agora; e
- a derrogação do princípio geral da irreversibilidade das chamadas "conquistas revolucionárias" (estatizações em certos setores da indústria,

indústria, transporte e comunicações; reforma agrária; controle da gestão das empresas pelos seus operários; etc.).

Sem essas iniciativas de ordem geral, que implicarão transformações no próprio regime de Portugal, não terão os efeitos desejados as providências esparsas que estão sendo tomadas ou anunciadas para reanimar a atividade econômica - inclusive com a colaboração empresarial privada e a reativação do setor público -, para reduzir os desequilíbrios orçamentários internos para minorar a inflação, para atenuar o desemprego e para diminuir os desníveis nas relações externas de Portugal.-



SECRETO

RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E PORTUGAL
POLITICAS E ECONOMICAS
CULTURAIS E IMIGRATORIAS

EMBAIXADA DO BRASIL
LISBOA, DEZEMBRO/1976

1. RELAÇÕES POLÍTICAS

1.1 A Comunidade Luso-Brasileira na interpretação de Lisboa

O "25 de Abril" trouxe profundo impacto nas relações exteriores de Portugal. Até então cortado do "Terceiro Mundo", hostilizado nas Nações Unidas, sem negócios com o Bloco Socialista e cada vez menos aceito na Europa Ocidental, o país se encontrava vítima de isolamento progressivo. Para que este não se tornasse total, o Palácio das Necessidades concentrou esforços em áreas prioritárias, onde, por razões históricas, afetivas e estratégicas, o Governo de Lisboa ainda conservava certos laços. Assim, essas relações especiais - sobretudo com Brasília, Madrid, Washington e Londres - Portugal procurou solidificar, tendo em mira principalmente a defesa de sua política colonial. Para isso, serviram os instrumentos internacionais já existentes da Comunidade Luso-Brasileira, do Pacto Ibérico, dos acordos referentes à cessão das bases aéreas e da antiquíssima aliança com o Reino Unido.

A Comunidade Luso-Brasileira passou, assim, a ser usada por Lisboa, antes de tudo, como recurso para vincular o Brasil à concepção lusitana referente às chamadas "Províncias Ultramarinas". Nesse contexto essencialmente político, eram marginais as vantagens, destituídas, aliás, de reciprocidade proporcional, concedidas de fato, quase que unilate-

unilateralmente, aos cidadãos portugueses residentes em território brasileiro. O que interessava realmente a Lisboa era promover o alinhamento mecânico da outra parte por suas posições em África.

1.2 O "25 de Abril"

Com o "25 de Abril" e a completa revolução operada na política ultramarina de Portugal, cessou o isolamento internacional. Os adversários e indiferentes de ontem passaram, uma vez desfeito o sonho federalista de Spínola, a ser os amigos de hoje. Os acordos para a independência da Guiné e Moçambique foram assinados em Argel e Lusaca. No trabalho preliminar de mediação, necessário para colocar Lisboa em postura negociatória com o PAIGC e a FRELIMO, intervieram franceses, ceste-alemães, escandinavos, britânicos e até neerlandeses. Spínola, antes de pensar no Brasil, conferenciou com Senghor, Mobutu e Nixon. Aí, de tudo esteve ausente Brasília, mesmo apesar da tentativa singular de a OUA vinculá-la ao engajamento real das tratativas.

Em parte, tal se deve à latitude operacional que, na matéria, o Ministro dos Negócios Estrangeiros obteve do Presidente da República, do Governo Provisório e do Conselho de Estado. Membro do Conselho Executivo da "Internacional Socialista", mantendo relações pessoais com os dirigentes do "Labour Party", do "SPD" oeste-alemão, da coligação popular neerlandesa, em suma, com todo o socialismo europeu, Mário Soares carecia de motivação política ou ideológica para associar ao proces

processo da descolonização o Brasil, país latino-americano, cujo regime despertava escasso entusiasmo entre seus correligionários deste continente.

Acresce notar que o Chanceler, crítico do apoio político prestado no passado pelo Itamaraty às teses ultramarinas lusitanas, se ressentiu também da fria acolhida que recebera no Brasil, nas vezes quando, antes do "25 de Abril", lá estivera, a fim de explicar seu anti-salazarismo a uma colônia trabalhada pela publicidade do regime anterior.

Ademais, o auxílio que, em passado ainda recente, dera o Itamaraty à política africana deste país e seu simétrico desinteresse pela libertação das possessões, assim como seu precário diálogo com a Organização da Unidade Africana e os movimentos nacionalistas da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, não predispunham a diplomacia brasileira, apesar das recentes retificações de rumo, a uma ação marcante no processo de descolonização.

Partidário da vocação européia de Portugal; querendo vê-lo integrado na CEE e participando, através de seus comércio, instituições e emigrantes, do progresso sócio-econômico da parte livre desse continente; desejoso de fazer instaurar, com o PS uma vez no poder, um regime de esquerda moderada e responsável no país, à imagem do situacionismo de Bonn, Londres e a Haia, era de baixa prioridade para Mário Soares, ao iniciar sua gestão, a busca de uma maior aproximação com o Brasil.

Não fossem as componentes históricas e afetivas das relações entre as duas nações, a separação poderia ainda ter sido mais grave do que ocorreu.

De resto, porque iria Portugal, antes de confor-

L.

conformar-se com a perda irrecuperável de suas possessões, facilitar o ingresso nelas de concorrente em potencial, da mesma língua, vinculado à África por laços de sangue, absolvido do peccado colonialista e economicamente mais pujante? Rival este, aliás, em condições de fazer-lhe somora em seus prójetos, até certa altura ainda havidos como factíveis, de manter com as antigas províncias, pelo futuro, uma hipotética vinculação, em nome de "interesses especiais"?

Em verdade, num dado momento, o diálogo bilateral esteve praticamente interrompido. Os mecanismos de consulta, previstos pelo Tratado de 1953, deixaram de ser utilizados, de lado a lado: por Lisboa, abstendo-se de informar a outra parte da política descolonizatória que estava sendo negociada; e, pelo Brasil, no episódio do reconhecimento da Guiné. Os interlocutores, da mesma língua, quase nada se falavam.

1.3 A Reabertura do Diálogo

Se tudo isso foi apenas episódico, tal se deve inicialmente à ação de Spínola, partidário confesso do revigora-mento da Comunidade, reformulada em outros termos e dinamizada além das declarações de intenção. E também porque, num segundo tempo, ao familiarizar-se gradativamente com os problemas de governo e as realidades da política internacional, que só conhecia como opositorista no exílio ou na prisão, o próprio Chanceler se foi dando conta do valor intrínseco das relações luso-brasileiras, demasiadamente importantes, neste país, para serem postas à margem pelos caprichos e preconceitos de um Minis-

Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos partidos de esquerda.

Por outro lado, também para evitar interpretações sobre as tendências demasiado esquerdizantes dos líderes de fato da Revolução portuguesa, com suas consequências desfavoráveis particularmente nos campos político e econômico, nacional e internacional, cumpria manter velhas alianças (Reino Unido, Espanha e Brasil), além de não se afastar dos Estados Unidos da América e do sistema de defesa da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Finalmente, Mário Soares não poderia deixar de considerar que, na campanha eleitoral para a conquista do maior número de assentos na futura Assembléia Constituinte, continha um peso específico não negligenciável o voto do português conservador, com vinculações especiais no Brasil e expressivo sobretudo no norte do país. Em outras palavras: a aproximação com o Brasil, inclusive através da presença de seu Chanceler em terras portuguesas, contribuiria para desfazer a falsa imagem de marxista intolerante, formada na mocidade e fenecida no exílio, e cativar um possível apoio eleitoral de redutos eleitorais, até agora inacessíveis aos socialistas.

Dai a insistência da reabertura de contatos com o Brasil, que começou a materializar-se com a correspondência direta entre os dois Chanceleres, o encontro de Nova York e o convite ao Embaixador Azeredo da Silveira para visitar Portugal.

O Programa do MFA, evangelho da Revolução, absteve-se de fazer referência específica à Comunidade e às relações com o Brasil. Porém, o Decreto-Lei 3/74, que define a

a plataforma de ação do I Governo Provisório, alude, no capítulo de política externa, "ao reforço da Comunidade Luso-Brasileira, em termos de eficiência e prática". Spínola, por sua vez, ao dar posse ao Primeiro-Ministro Palma Carlos, referiu-se, de passagem, às relações especiais com o Brasil. Da matéria já havia o Presidente tratado mais largamente, ao esboçar o amplo quadro, com o qual sonhara da Comunidade Lusíada, plurinacional e multirracial, "onde o Brasil poderá vir a ter papel de destaque, que ocupará de fato, e não apenas em ambiente de platonismo sem consequência". O próprio General, porém, se mostrara então crítico da evolução da idéia comunitária luso-brasileira, pois afirmara: "a Comunidade Luso-Brasileira, a despeito de poderem crescer no imediato certas exteriorizações de sua platônica existência, atingiu o máximo permitido na sua atual conjuntura".

Os gestos do ex-Presidente, pensador político de vocação atlântica, de enviar Galvão de Melo ao Brasil e, mais tarde, procurando associá-lo, como único país estrangeiro, à cerimônia de reconhecimento da Guiné-Bissau, servem para ilustrar a posição, que poderia ter frutificado se Spínola tivesse permanecido no poder.

Com mesmo espírito voltado para as coisas do Brasil, embora também de censura a inoperância da Comunidade, apresentou-se Costa Gomes. Mais do que seu predecessor, o novo Chefe de Estado possuía ligações afetivas e de família com o Brasil, país que conhecia e visitava. Não quis, porém, se aproximar do Brasil, embora o não hostilizasse, durante sua gestão.

1.4. A Visita do Chanceler Azeredo da Silveira

Realizada entre 2 e 4 de dezembro de 1974, a re-

referida iniciativa, que contribuiu para o melhor relacionamento pessoal e político entre ambos os Chanceleres, serviu para reafirmar, em termos sempre platônicos, o caráter especial das relações luso-brasileiras. Valeu ainda para a melhor explicação do fenômeno descolonizatório luso, realizado às pressas e sob a pressão dos acontecimentos e também para tentar planejar, sem resultados realmente positivos, a maior cooperação bilateral nos organismos internacionais. Foi, da mesma forma, decidida a convocação, para 1975, de reuniões das Comissões Mistas em matérias econômica e cultural. Porém, mais do que tudo, a visita favoreceu o degelo nos negócios mútuos entre ambos os países.

Contudo, essas promissoras perspectivas de reproximação entre o Brasil e Portugal, com a reanimação de suas relações recíprocas em todos os campos, se viriam frustrar no período entre o "11 de Março" e o "25 de Novembro", quando a Revolução Portuguesa atravessou a fase caótico-marxista. Não houve, assim, condições para reunir as comissões mistas para os assuntos econômicos e culturais, tal como fora assentado pelos Chanceleres de ambos os países. Mais ainda: desenvolveu-se em Portugal uma campanha de extrema violência contra o Brasil, contra seu Regime e contra seu modelo de desenvolvimento, de que participaram não apenas refugiados políticos brasileiros, que em número crescente procuravam a proteção sobretudo em Lisboa, mas também de alguns membros do próprio Governo português. Só não chegou haver o rompimento formal porque os dois Governos evitaram o contato mútuo, a fim de minorar os riscos de atrito.

1.5. O Momento Atual

As eleições para a Presidência da República e

e a Assembléia Legislativa renovaram a Revolução portuguesa, re-
 tificaram seus excessos, coibiram parcela de seus abusos e tor-
 naram possível o reinício do diálogo com o Brasil, sempre res-
 saltado como imperativo e prioritário por Ramalho Eanes e Mário
 Soares, ainda antes mesmo de ambos terem assumido seus cargos.
 Nessa missão, com idéias ainda indefinidas a respeito da pers-
 pectiva do desenvolvimento das relações comerciais, da amplia-
 ção da presença cultural e do incremento do fluxo emigratório,
 parte para o Brasil o Chanceler Mário Soares.

Na oportunidade, importa, assim, colocar as rela-
 ções bilaterais luso-brasileiras em bases mais realistas e acei-
 táveis, através, inicialmente, do estreitamento de consultas
 que revelem áreas de coincidência ou complementaridade, bem co-
 mo outros setores onde possam vir a desenvolver-se elementos
 perturbadores do conjunto.

Dentre estes últimos, deve-se ressaltar, no domí-
 nio político, a preservação de um certo espírito suzerano lusi-
 tano com referência ao Brasil, além da presença em Portugal de
 benidos e exilados políticos brasileiros.

Com referência à resultante péstuma do antigo
 colonialismo lusitano na América Latina, cabe deixar claro a
 nossos interlocutores que a política global do país repele toda
 sorte de alinhamento infalível por posições de terceiras na-
 ções, qualquer que seja a motivação invocada para justificá-lo.
 O novo Governo português deve ficar sabendo, sem sombra de dúvi-
 da, que a época do colonialismo lusitano no Brasil, artificial-
 mente prorrogado no domínio diplomático, está ultrapassada. Não
 mais se retornará a essa situação, ainda que ela se apresen-

apresente sob novas roupagens, inventadas pela imaginação dos interessados, como talvez a revigoração do sistema de consulta do Tratado de 1959, a pretexto de negociar posições comuns, capazes de desatender aos interesses da política exterior pragmática seguida pelo Itamaraty em nossos dias.

Se bem que menor, em comparação com o anterior, o problema da presença neste país de asilados e banidos brasileiros - alguns dos quais, mercê da comunidade de língua e da solidariedade ideológica das esquerdas, exercem atividades capazes de serem consideradas políticas - pode apresentar sintomas de agravamento. Não mais é previsível a instalação em Portugal, em grande número, de ativistas brasileiros de esquerda, gozando de liberdade de palavra e movimento, conforme, aliás, se vem observando desde o "25 de Novembro", com a mudança de tônica do regime. Mesmo assim, o Governo português, que por representar a reação contra cinquenta anos de ditadura revela certas vezes tendência a uma tolerância excessiva, necessita ser sensibilizado para as dificuldades capazes de serem criadas pelas atividades de esquerdistas brasileiros, sobretudo se as mesmas implicarem, como foi o caso em passado recente, tentativas de desfigurar a imagem do Brasil no exterior. Não pode o Brasil, na matéria, exigir de um Governo socialista, a adoção do comportamento da antiga FIDE/DCS, que sumariamente encarcerava e expulsava os estudantes e ativistas brasileiros contestatários. Seria, contudo, cabível solicitar-se do Governo português uma maior vigilância na ação dos remanescentes daqueles grupos, assim como impedir seu livre acesso aos meios de comunicação de massa, sobretudo aos sujeitos ao controle estatal.

estatal.

Aspecto correlato da questão refere-se à presença nas universidades e institutos técnicos portugueses de professores brasileiros. Com a revolução e o expurgo entre os docentes de ensino superior que se lhe seguiu, as instituições universitárias locais viram-se privadas de grande número de professores, comprometidos ideologicamente com o regime anterior. Outros mestres deixaram as funções simplesmente porque, incompatibilizados com os estudantes, careciam de condições morais para o exercício do magistério. Novamente a comunidade de língua e cultura, aliada desta vez aos manejos da mão governamental, ensejou o recrutamento de professores e intelectuais brasileiros, uns desempregados após o episódio chileno, outros desencantados com as restritas possibilidades oferecidas pela Argélia. Essas iniciativas trouxeram a Portugal Paulo Freire, Dercy Ribeiro, Carlos Figueiredo de Sá, Plínio de Arruda Sampeio, Hernane Fiori, Márcio Moreira Alves e outros.

Urge, pois, impedir que essa situação progrida, por seu potencial de nocividade tanto ao Brasil, quanto às relações entre os dois países. Na conjuntura, o Governo já dispõe dos instrumentos legais para orientar quase todos os meios de comunicação social, alguns sob sua alçada direta - como a "Radiotelevisão Portuguesa" (RTP), a "Radiodifusão Portuguesa (RDP) e o "Diário de Notícias" - e outros sob sua dependência financeira.

É de esperar-se que, doravante, as reuniões populares anti-brasileiras, tais como as referentes a comemorações da morte de Carlos Marighela e outras concernentes a presos políticos, tendam a diminuir e a realizarem-se sem o concurso de

de órgãos governamentais, como a RTP, RDP e jornais pertencentes a empresas nacionalizadas.

Tudo isso deve ser lembrado a Mário Soares, a fim de que não se venham a repetir episódios como a divulgação pela RTP ou pela RDP de programas anti-nacionais, ou o uso de instalações governamentais em manifestações contrárias ao regime brasileiro.

É preciso que as atuais autoridades portuguesas tenham a nítida consciência de que as relações luso-brasileiras só podem prosperar se observados, com o maior rigor, os princípios de não ingerência de uma parte nos assuntos internos da outra.

2. RELACIONES ECONOMICAS

2.1. Comércio (x)

Entre 1963 e 1973, o comércio luso-brasileiro cresceu de maneira contínua e acelerada, tendo os seus valores nos dois sentidos passado de US\$ 6 milhões para US\$ 92 milhões; e, em 1974, apesar do começo de desorganização e estagnação da economia de Portugal, alcançou o nível de US\$ 134 milhões, dos quais pouco mais de US\$ 95 milhões de exportações brasileiras. Em 1975, talvez como reflexo do distanciamento político entre ambos os países, caiu para US\$ 89 milhões (US\$ 67,3 milhões de vendas brasileiras); e, se mantida a tendência do primeiro semestre deste ano, terá até ao final de dezembro corrente sido da ordem de apenas US\$ 48 milhões (menos 64% do que em 1974), dos quais US\$ 33 milhões de exportações brasileiras.

Tal intercâmbio sempre apresentou diminuta significação no quadro do comércio global de ambos os países. No ano passado, a participação de Brasil em importações globais de Portugal foi de, respectivamente, 1,8% e 1,1%; e a de Portugal

(x) Todos os dados estatísticos do presente capítulo são retirados de fontes portuguesas, sobretudo o "Instituto Nacional de Estatísticas". Os valores das exportações brasileiras (CIF) e das importações brasileiras (FOB) estão convertidos em US\$ através da aplicação da taxa média de câmbio do respectivo ano.

Portugal no comércio total do Brasil, de 0,3% nas importações e 0,9% nas exportações, respectivamente.

Nos últimos anos, o balanço comercial entre ambos os países registrou a formação constante e crescente de saldos positivos em favor do Brasil, com um valor acumulado de pouco mais de US\$ 182 milhões no período 1971/1975 (US\$ 45,6 milhões ao ano, de média). Contudo, tais saldos são neutralizados no balanço de pagamentos, sobretudo pelas remessas financeiras dos emigrantes portugueses (cerca de US\$ 40 milhões por ano) e pelas despesas de turistas brasileiros em Portugal.

Outra característica desse comércio decorre da excessiva concentração de sua estrutura em torno de alguns poucos produtos. No ano passado, apenas oito produtos representaram quase 80% do total das vendas brasileiras ao mercado português: açúcar (US\$ 13,1 milhões), amendoim em grão (US\$ 12,4 milhões), bagaço de sementes oleaginosas (US\$ 11,2 milhões), sisal (US\$ 5,2 milhões), soja em grão (US\$ 3,9 milhões), algodão em rama (US\$ 3,5 milhões), automóveis de carga (US\$ 1,6 milhões) e automóveis de passeio (US\$ 1,5 milhões). Por outro lado, nove artigos representaram no ano passado um pouco mais do que 90% do valor total da exportação portuguesa para o Brasil: azeite de oliveira, cortiça em bruto, vinhos, conserva de peixe, pasta química para papel, azeitonas, colofônio, ureia e cortiça preparada.

Não podem ser consideradas promissoras as perspectivas de desenvolvimento das relações comerciais brasileiras nos próximos anos. Mantida a tendência observada no período

período posterior ao "25 de Abril", seus níveis de ambos os sentidos, depois de terem atingido o seu máximo de US\$ 134 milhões em 1974, deverão cair para pouco mais de US\$ 40 milhões no próximo ano.

Do lado de Portugal, há obstáculos de ordem geral, decorrentes da redução da atividade econômica, que não poderá deixar de ter pesado impacto no nível das importações em geral; ademais, para reduzir os persistentes e elevados deficits no balanço de pagamentos, foram adotadas recentemente diversas medidas para restringir as compras no estrangeiro (aumento da sobre-taxa aduaneira de 20% para 30%; criação de uma sobre-taxa de 60% para produtos considerados supérfluos; instituição de sistema de depósito prévio para certos artigos; estabelecimento de restrições administrativas; etc.). Por outro lado, em relação à Associação Européia de Livre Comércio e à Comunidade Econômica Européia, Portugal mantém um sistema preferencial de comércio, com diferenciais tarifários da ordem de 40%, que concorrem para reduzir as possibilidades de competição de numerosos produtos brasileiros. Contudo, é importante assinalar que, ao romperem-se os laços especiais entre Portugal e certos territórios africanos, abriu-se um mercado potencial da ordem de quase US\$ 500 milhões, constituído sobretudo por algodão, diamantes, açúcar e derivados, bananas, café, sisal e madeira.

Do lado do Brasil, existem também obstáculos de natureza genérica, que resultam dos esforços para promover o equilíbrio do balanço de pagamentos, tendo as mais recentes providências para conter a importação de produtos julgados su-

supérfluos produzido efeito adverso sobre as vendas portuguesas. Por outro lado, o sistema preferencial de intercâmbio, formado pela Associação Latino Americana de Livre Comércio, tem retirado de muitos artigos portugueses sua capacidade de concorrer no mercado brasileiro.

Contudo, ocorrendo uma reaproximação entre os Governos de ambos os países, com inequívocas demonstrações de vontade de traduzir no plano econômico os resultados do reajuste de posições políticas, poderá o comércio luso-brasileiro reverter a tendência cadente e alcançar níveis expressivos. Todavia, para tanto, Brasil e Portugal terão de realizar esforço não apenas para elevar as vendas de produtos tradicionais, mas sobretudo diversificar sua pauta de comércio.

Entre as providências nesse sentido, que poderiam deste já ser consideradas pelas autoridades brasileiras, realçam as seguintes:

(a) a concessão, por parte do Governo brasileiro, de uma linha especial de crédito comercial a Portugal; seu montante poderia ser equivalente ao valor do superavit nas trocas comerciais em 1975 (US\$ 50 milhões); suas condições não deveriam ser inferiores às médias obtidas pelo Governo português em recentes negociações (8% a 9% de juros, com prazo de pagamento de 5 a 6 anos); sua aplicação deveria ser orientada no sentido de estimular a diversificação das vendas brasileiras, sobretudo pela introdução no mercado português de novos

novos produtos manufaturados;

(b) eliminação ou atenuação de tarifas aduaneiras e outras restrições que, no Brasil e em Portugal, impedem ou dificultam a importação de mercadorias da outra parte; embora tais obstáculos hajam sido impostos devido à ocorrência de deficits no balanço de pagamentos e atinjam sobretudo artigos considerados supérfluos, conviria considerar-se a possibilidade de serem admitidas algumas exceções, sobretudo para Portugal, cuja pauta de exportação apresenta grande rigidez na sua estrutura;

(c) estabelecimento de contatos estreitos e regulares entre as empresas estatais de comércio exterior de ambos os países; através de tais contatos, poderiam ser concretizadas operações vinculadas que, sem infringir disposições da legislação brasileira, facilitariam a introdução neste mercado de determinados produtos, além de concorrerem para minorar o tradicional e crescente deficit das trocas comerciais entre ambos os países; e

(d) criação de zonas francas, em Portugal e no Brasil, para produtos originários da outra parte; ultrapassando o disposto no Tratado de Comércio de 26 de agosto de 1933 (artigo 8º) e no Acordo de Comércio de 7 de setembro de 1966 (artigo 4º), tal iniciativa deveria abranger não apenas o depósito, senão também o beneficiamento industrial de mercadorias; assim, por exemplo, o Distrito Industrial de Sines (ao sul de Lisboa) - com seu moderno porto e suas vantagens fiscais e creditícias - poderia favorecer a formação de empresas de capital luso-brasileiro, voltadas não apenas para o

o acanhado mercado lusitano, mas sobretudo para o amplo e próspero mercado aberto com a presença de Portugal na Associação Europeia de Livre Comércio e com seu próximo acesso pleno à Comunidade Económica Europeia, com que já mantém acordo especial para produtos industrializados.

Tais iniciativas deveriam ser apoiadas pelas seguintes providências:

(a) a divulgação mais alargada e regular, nos dois países, das oportunidades oferecidas pelos respectivos mercados;

(b) a troca de missões comerciais, governamentais e privadas (desde 1973, não veio a Portugal qualquer representação brasileira);

(c) a reorganização e dinamização das atividades económico-comerciais da rede diplomática e consular do Brasil em Portugal;

(d) a melhoria do transporte marítimo, com os aumentos da capacidade de carga e do número de frequências; e

(e) a expansão da rede bancária privada de apoio ao comércio.

Com vistas ao estudo e execução criteriosos dessas e de outras iniciativas tendentes à expansão do comércio entre ambos os países, impõe-se estabelecer cuidadoso calendário para as reuniões em 1977 da Comissão Económica Luso-Brasileira, instituída pelo Acordo de Comércio de 1966, bem como do Centro Empresarial Luso-Brasileiro de Cooperação Económica, que é o órgão permanente de colaboração privada - ambas as en-

entidades com suas atividades paralizadas nos últimos três anos.

2.2. Investimentos

Entre 1967 e 1971, os investimentos portugueses no Brasil acusaram um valor médio anual de apenas US\$ 640 mil - pouco significativo, principalmente se comparado com o dos investimentos estrangeiros totais. Porém, em 1972 e 1973, registraram dados bastante mais expressivos: US\$ 13.446 mil e US\$ 11.494 mil.

Em junho de 1974, eram os seguintes os principais investimentos portugueses no Brasil (menciona-se entre parênteses o montante do empréstimo estrangeiro):

- (a) "Sociedade Financeira Portuguesa, SARL", no "Banco Itau SA" e em "Empreendimentos Portugueses no Brasil SA" (EMPAR) (US\$ 9,6 milhões);
- (b) "Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes SARL", na "Cia. Lopes S.A." (indústria de fumo) (US\$ 5,6 milhões);
- (c) "Banco Português do Atlântico", no "União de Bancos Brasileiros SA" (US\$ 4,3 milhões);
- (d) "Empresas de Cimento de Leiria SARL", na Sociedade de Empreendimentos Industriais, Comerciais e Mineração SA" (SOEICOM) (US\$ 4,1 milhões);
- (e) "Sociedade Central de Cervejas SARL", na "Sociedade Intercontinental de Participações SA" e na "Skol Internacional Participações, Indústria e Comércio Ltda" (US\$ 1,4 milhões); e
- (f) "Companhia União Fabril" (CUF), na "Empresa Brasileira de Conservas Alimentícias Ltda" (COMBAL), "INTERCUF, Comércio e Representação de Produtos Químicos Ltda.", ENI do Brasil, Ele

Eletricidade Naval e Industrial SA", "ISA-CUF, Fertilizantes, Produtos Alimentícios e Participações SA" e "LISMICO Brasileira de Reparos Navais SA" (US\$ 1,4 milhões).

Com participações menos expressivas, aparecem o "Banco Nacional Ultramarino" (no "Banco Ultramarino Brasileiro SA"), a "Companhia Produtora de Malte e Cerveja Portuguesa" (na "Sociedade Intercontinental de Participações Ltda"), a "Companhia de Cervejas Estrela SARL" (na "Sociedade Intercontinental de Participações Ltda" e "Lúcio Thomé Feteira" (na "DENASA Imobiliária SA").

Em junho de 1974, o investimento português total no Brasil era de US\$ 23.517 mil e representava uma participação de 0,56% sobre os investimentos estrangeiros totais.

A partir da segunda metade de 1974, com a crescente instabilidade político-econômica-social em Portugal e com o descontrolado processo de descolonização de territórios africanos, ocorreu um aumento nos investimentos privados portugueses no Brasil. Apenas se conhece um caso de saída legal do capital de Portugal: o da "Companhia Industrial Produtora de Antibióticos SARL" (CIPAN) na "Companhia Brasileira de Antibióticos" (CIBRAN), em que o Governo do Estado do Rio de Janeiro tem uma participação. Os demais parecem terem sido efetivados sem a autorização das autoridades portuguesas competentes e a Embaixada em Lisboa não dispõe de elementos para aferir sua orientação e seu montante.

É difícil, na conjuntura, admitir-se um aumento dos investimentos portugueses, estatais ou privados, na economia brasileira. Todavia, tão pronto a economia de Portugal

Portugal retome seu nível normal de desenvolvimento, é provável que os investidores lusitanos voltem a interessar-se pelo Brasil.

Neste capítulo, o mais importante será realizar esforço para resguardar a situação dos investimentos particulares brasileiros em Portugal, que vem sofrendo os efeitos do "25 de Abril", sobretudo com os seus desvios no "28 de setembro" e no "11 de Março".

Assim, pelo Decreto-Lei 132-A/75, publicado no "Diário do Governo de Portugal" de 14 de março de 1975, foram "nacionalizadas todas as instituições de crédito com sede no Continente e Ilhas Adjacentes", inclusive o "Banco Português do Atlântico", onde a "União de Bancos Brasileiros S.A." havia investido em agosto de 1970 cerca de US\$ 2.167.500. Apesar das reiteradas gestões, efetuadas pela Embaixada do Brasil em Lisboa e por representantes do "UNIBANCO", as autoridades portuguesas não indenizaram a parte brasileira, alegando não terem ainda sido estabelecidos os critérios gerais na matéria.

Na mesma época, ocorreu a nacionalização e estatização de "Celulose do Tejo, SARL" (CELTEJO), cujo controle acionário era detido por um cidadão luso-brasileiro, João Martins. Este, entretanto, não conseguiu comprovar a transferência legal das divisas aplicadas naquele investimento e, por isso, não recorreu até hoje, de maneira formal, à ajuda do Governo brasileiro.

O grupo brasileiro "Supermercados Pão de Açú

Acúcar" realizou na "Companhia Portuguesa de Supermercados SARL" (SUPA) investimentos e reinvestimentos que, no seu conjunto, são estimados em US\$ 3.500 mil. De início, a sucursal portuguesa foi ocupada pelos seus trabalhadores; em seguida, foi destituída a sua direção; em terceiro tempo, o Governo português designou uma "Comissão Administrativa" para a SUPA que, entre outras iniciativas despropositadas, de terminou sua fusão com duas outras cadeias de supermercados ("A.C. Santos" e "Nutripol"), o que concorreu para agravar as dificuldades financeiras daquela empresa luso-brasileira e acelerar sua desorganização administrativa. No momento, o grupo brasileiro apresentou proposta para a solução do contencioso, através de memorial de 21 de outubro passado ao Secretário de Estado do Comércio, que não lhe deu até agora resposta.

Dificuldades semelhantes atravessa a empresa brasileira "Dimas de Melo Pimenta S.A." (DIMEP), estabelecida em Portugal com uma sucursal para a montagem, a venda e a prestação de assistência técnica a relógios industriais. Logo depois de abril de 1975, foi esta última ocupada pelos trabalhadores, que designaram uma comissão para assumir a gestão da empresa; e, até agora, apesar dos protestos da matriz brasileira, as autoridades portuguesas não regularizaram a situação daquela filial de Lisboa, que permanece abusiva e ilegalmente ocupada por operários.

Por fim, há ainda outras empresas, cujo controle acionário é detido por cidadãos brasileiros, que, no entanto, não dispõe de elementos comprovativos da transferên-

transferência legal do Brasil para Portugal das divisas pertinentes ao investimento: a "Sociedade do Golfo da Quinta do Lago" e a "PLANAL, Sociedade de Planejamento e Desenvolvimento do Algarve, SARL", de André Spitzman Jordan; e "Alvaro G. Ferreira e Filho Ltda.", de Antônio Gomes Sampaio.

A Embaixada do Brasil em Lisboa vem remetendo à Secretaria de Estado das Relações Exteriores frequentes informações sobre as situações de todas as empresas acima relacionadas. Em alguns casos, ocorreu a nacionalização e a estatização do capital brasileiro, sem imediata e justa indenização; no tocante a outros, registraram-se em empresas de capital brasileiro ocupações ilegais de trabalhadores, sem que as autoridades portuguesas adotassem providências para coibir tais abusos; por fim, há casos em que se configura apenas a defesa dos interesses de cidadão brasileiro.

O próximo encontro de alto nível entre autoridades brasileiras e portuguesas será oportunidade adequada para tais questões serem assinaladas de maneira genérica. É importante que Portugal sinta a dificuldade na obtenção de vantagens em outros campos de suas relações com o Brasil, sem a prévia satisfação dos justos interesses e legítimas pretensões daqueles investimentos brasileiros ou daqueles cidadãos brasileiros.

3. RELAÇÕES CULTURAIS

3.1. Panorama geral

Com a mudança do quadro político de Portugal - logo depois do "25 de Abril" e, mais ainda, após o "28 de Setembro" e o "11 de Março" - as relações culturais entre o Brasil e Portugal foram profundamente afetadas. A modificação na atitude das autoridades governamentais lusitanas, a hostilidade ao regime brasileiro de certos órgãos de comunicação social dominados pela esquerda, a atividade contrária ao Brasil desenvolvida por determinados partidos, e a presença atuante, na direção das universidades e instituições culturais, de professores e intelectuais com posição de contestação ao modelo de desenvolvimento brasileiro não poderiam deixar de criar um ambiente bastante desfavorável à realização de planos, programas e projetos de natureza cultural.

Em 1975 e 1976, o programa de estudantes-convênio continuou suspenso; a concessão de bolsas-de-estudo a pós-graduados portugueses foi interrompida; os leitorados de literatura e estudos brasileiros nas universidades portuguesas permaneceram vagos; e nenhuma exposição brasileira de arte foi realizada em Portugal.

Com a mudança no rumo da Revolução Portuguesa, verificada logo depois de 25 de novembro de 1975, e com os reiterados propósitos oficiais lusitanos de estreitar relações com o Brasil, surgiram promissoras perspectivas no campo da cooperação cultural entre ambos os países. Caso ocorram acertos de posição política nos próximos entendimentos

de cúpula entre autoridades brasileiras e portuguesas, poderá admitir-se, para 1977, a reativação das relações culturais. Para tanto, indispensável se torna a convocação da Comissão Mista, prevista no Acordo Cultural Luso-Brasileiro, que não se reúne desde março de 1971.

Os dois instrumentos nesse campo são satisfatórios: o Acordo Cultural Luso-Brasileiro, em vigor desde 20 de abril de 1968, com as modificações introduzidas por Protocolo Adicional de 10 de setembro de 1971, que contém normas e princípios norteadores das relações culturais entre ambos os países; e o Acordo Básico de Cooperação Técnica, firmado em 7 de setembro de 1966, promulgado pelo Governo brasileiro em 16 de janeiro de 1968 e modificado por troca de notas de 15 de julho de 1970. Na matéria, cabe promover a implementação de tais instrumentos, mediante o acerto de ajustes complementares e convênios, descritos nos dois capítulos seguintes.

3.2. Cooperação intelectual e difusão cultural

Está provado que a modalidade de estudantes-convênio não tem sido útil; o número de estudantes portugueses que dela se tem beneficiado é irrisório; os brasileiros que a ela recorrem não o fazem por se sentirem atraídos pelas qualidades do ensino em Portugal, mas para escaparem à exigência do vestibular no Brasil. Não parece aconselhável o prosseguimento do programa. A experiência indica que a ênfase das relações deve ser colocada nas relações entre universidades e outras instituições, através do intercâmbio

de professores, artistas, cientistas, investigadores e técnicos; e, no tocante a estudantes, o esforço dos dois Governos deve concentrar-se na faixa dos pós-graduados. De grande eficiência, por exemplo, se tem revelado o programa pelo qual o Laboratório de Engenharia Civil de Lisboa recebe anualmente, com o apoio da Fundação Gulbenkian, grupos de engenheiros brasileiros para especialização. O Brasil poderia reciprocamente, oferecendo facilidades semelhantes em campos como a medicina tropical ou a arquitetura.

No momento, não conta o Brasil com qualquer centro ou instituto para a divulgação de sua cultura em Portugal. Não dispõe sequer de professores seus para ministrar, nas universidades portuguesas, cursos de história e literatura brasileiras, ou para lecionar Cadeiras de Estudos Brasileiros. Impõe-se que essa situação seja modificada.

Por outro lado, ainda no terreno da divulgação da língua e da cultura, convém que o Brasil e Portugal associem esforços para a realização de um programa comum de ação em terceiros países, notadamente nos Estados Unidos da América, França, República Federal da Alemanha e Reino Unido. Nesse países, muitas vezes as atividades de ambos os países colidem, com evidente prejuízo para o objetivo comum.

A realização em Portugal de exposições brasileiras de arte (pintura, gravura e escultura, sobretudo) e de "semanas de cinema brasileiro", bem como a promoção na rádio e na televisão de programas reveladores do atual estágio do desenvolvimento brasileiro, são outras iniciativas que devem merecer prioridade maior no quadro de um programa geral

de divulgação da cultura do Brasil em Portugal.

A edição e co-edição de livros e demais publicações, assim como a co-produção de filmes (inclusive de televisão) são formas hábeis para, nos respectivos campos, superar os problemas decorrentes da existência em cada um dos dois países de mercados relativamente restritos. São iniciativas que devem ser estimuladas, inclusive para a aproximação dos meios artísticos brasileiros e portugueses. Ao mesmo tempo, convém ampliar as facilidades para a importação de publicações e filmes da outra parte, e ainda para fomentar a compra de filmes e demais programas para a televisão. Há interesse particular de as autoridades de Lisboa reorientarem a "Radiotelevisão Portuguesa" para a aquisição no Brasil de certos programas de televisão.

Tudo isso não deve mais ser objeto de iniciativas isoladas e descontínuas, como vinha ocorrendo em passado recente. Tem de inscrever-se no quadro geral de um programa de cooperação cultural com Portugal, que decorrerá das próximas reuniões da Comissão Mista Luso-Brasileira.

Nesses esforços para reativar a colaboração luso-brasileira no campo cultural poderá exercer um papel saliente a Fundação Gulbenkian - centro em Portugal de variadas atividades culturais e científicas, que promove sucessivas exposições de artes plásticas, possui excelente museu, mantém orquestra e corpo de bailado, oferece apreciável número de bolsas-de-estudo, conta com um renomado Instituto de Economia Agrícola, e abriga centros de tecnologia, cálculos científicos e investigação pedagógica. Tem feito vul

vultosas doações a entidades de variada natureza, entre as quais se encontram algumas brasileiras. Não obstante possuir grande patrimônio em Portugal, a maior parte de seus recursos financeiros (as reservas atingem mais de US\$ 500 milhões) está no exterior, o que possibilita sua transferência em todo ou em parte para qualquer país, sem a interferência do Governo português.

3.3. Cooperação Técnica

O Acordo Básico de Cooperação Técnica, firmado em 7 de setembro de 1966, deverá ser reanimado, com vistas a sobretudo: a) ampliar o programa de bolsas-de-estudo para cursos ou estágios de formação, adiestramento, aperfeiçoamento ou especialização em matérias de interesse prioritário para o desenvolvimento de ambos os países; b) promover o intercâmbio de cientistas e técnicos; c) organizar seminários, ciclos de conferência, programas de treinamento e outras atividades semelhantes; e d) instalar centros comuns de investigação científica e tecnológica, ou centros de documentação, como o "Instituto Luso-Brasileiro de Ciência e Tecnologia", proposto pelo Chanceler Medeiros Ferreira, que, na sua fase inicial, se dedicaria a verter para o português, armazenar e divulgar processos tecnológicos e científicos de outros países.

Os campos para os quais Portugal poderá talvez fornecer assistência técnica ao Brasil são os de construção naval, pesca, agricultura (viticultura e pesquisas florestais, sobretudo), turismo, artesanato e pequenas indústrias,

além de laços de cooperação nas áreas de engenharia civil, eletrônica, medicina tropical, fitoquímica, física teórica, física experimental e geocronologia, todos do interesse do Conselho Nacional de Pesquisas.

Por sua vez, Portugal já manifestou, através de seus atuais dirigentes, interesse em contar com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Administração Pública), para a reorganização de seu serviço público.

Embora os representantes portugueses possam tentar tratar desses e de outros temas semelhantes nas próximas conversações de Brasília, o assunto cabe melhor na vindoura reunião da Comissão Cultural Luso-Brasileira, a que caberá, entre outras atribuições, preparar um programa integrado de ação no domínio da cooperação técnica.

4. EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

Após o "25 de Abril" - e, em particular, com os desvios à esquerda da Revolução no "28 de Setembro" e no "11 de Março" - acentuou-se o fluxo de emigrantes portugueses para o Brasil. Desta feita, não era, como no passado, o trabalhador não-qualificado ou semi-qualificado, originário do norte do país; era o indivíduo de formação superior, com alta categoria técnica e em geral larga experiência profissional, que procurava no Brasil não apenas refúgio político, pois haviam sido destituídos de suas posições no aparelho do Estado e no meio empresarial privado, mas também emprego, devido ao fechamento ou redução das atividades de diversas empresas em Portugal.

A esse caudal de engenheiros, médicos, economistas, químicos, professores universitários, agrônomos e tantos outros elementos capazes de dar importante contribuição ao desenvolvimento do Brasil se juntaram os refugiados de um processo de descolonização desorientado e apressado. Alguns, dispunham de altas qualificações profissionais, além de experiência em territórios tropicais, com condições de vida e de trabalho semelhante às de determinadas regiões do Brasil; outros, a par de tais qualificações, levavam consigo capital, seja sob a forma de divisas, seja como equipamentos diversos.

Esponâneo, sem qualquer espécie de controle

controle ou indução por parte das autoridades governamentais de ambos os países, esse fluxo migratório teve sensíveis impactos favoráveis em certos segmentos da economia do Brasil, como ocorreu em matéria de engenharia de barragens e hidrelétricas, onde a contribuição do técnico português ocioso com o termino ou a suspensão das obras de Cabora -Bassa (Moçambique) veio a engrossar o grupo de brasileiros aplicados na construção de Itaipu. Ademais, teve efeitos indiretos importantes, que se traduziu pela transferência de capacidade empresarial (Champalimaud, Mello, Espírito Santo, Vinhas, etc.), com a conseqüente atração de capitais externos e a dinamização de importantes setores industriais.

Pode-se dizer que o primeiro estágio da nova emigração portuguesa para o Brasil - por conta própria e, em geral, de alta qualidade - está concluído. E que, mesmo com a retificação no rumo da Revolução Portuguesa e com a tendência para a estabilização do quadro político-econômico-social de Portugal, a grande maioria daqueles elementos continuou no Brasil. Agora, principiará talvez o segundo estágio daquela emigração: alguns são indivíduos de elevada qualificação profissional e ampla experiência; muitos são recém egressos das universidades e, embora com boa formação profissional, não estão adestrados; e outros são elementos semi-qualificados ou mesmo desqualificados, em geral originários dos antigos territórios africanos (sobretudo Angola). Em geral, não dispõem de recursos próprios, seja para arcar com as despesas de seu deslocamento ao Brasil, seja para encontrar emprego. Necessitam, pois, em diferentes graus e formas, de assistência

assistência governamental.

Uns são refugiados das antigas colônias, particularmente de Angola. Ignoram-se, com pormenor e precisão, suas quantidades, suas qualificações, suas experiências, suas inclinações profissionais, suas situações atuais, suas reivindicações para o futuro. Tudo isso, inclusive as eventuais disposições para emigrar (e para que países), está sendo levantado em recenseamento, realizado nos primeiros dias de dezembro de 1976 pelo Governo português, cujos resultados não estão ainda aferidos.

Outros são residentes há mais de três anos no território continental de Portugal. Ou estão desempregados, e nessa situação se encontram no momento cerca de 700.000 pessoas; ou estão em regime de sub-emprego; ou contam com um "emprego-artificial", isto é, colocações mantidas mercê de fortes subvenções oficiais, em empresas desequilibradas financeiramente; ou temem pelo futuro de seus empregos; ou nesses empregos não encontram futuro profissional.

Não há dados ou estimativas sobre o número total dessas diversas categorias de descontentes e dispostos em princípio a emigrar. Sabe-se apenas que eles constituem um formidável grupo de pressão política e que as atuais autoridades portuguesas, convencidas de tal evidência e temerosas dos efeitos de suas ações sobre a própria estabilidade política do país, estão desejosas de encorajar sua emigração, por mais qualificados que eles sejam.

Dadas as restrições impostas pelos países da Europa Ocidental e pelos Estados Unidos da América à entrada

entrada do trabalhador estrangeiro - quadro que tenderá a manter-se pelo menos nos próximos três anos, até a completa remoção das ameaças de recesso econômico e restabelecimento do equilíbrio no mercado de trabalho - o Governo português se volta agora para o Brasil e para a Venezuela. Com o Governo venezuelano foram mantidos contatos preliminares, quando do envio de missão em outubro de 1975, e conversações mais profundas, quando do recente trânsito por Lisboa do Presidente Carlos Perez; todavia, as partes não parecem ter chegado a acordo. Quanto ao Brasil, o Primeiro-Ministro Mário Soares pretende tratar do assunto durante sua próxima visita a Brasília, sendo mesmo este um de seus principais objetivos.

Acredito que, embora evitando considerar a matéria na sua necessária profundidade, inclusive devido à natureza e à duração dos entendimentos em apreço, o Governo brasileiro deverá na oportunidade firmar posição, fundada em duas premissas básicas: por um lado, há interesse em continuar a acolher imigrantes portugueses capazes de satisfazer carências específicas de determinados segmentos do mercado de trabalho e de certas regiões do país; mas, pelo outro, é indispensável conter a imigração para a zona urbana, que concorre com a mão-de-obra nacional menos qualificada.

Impõe-se, pois, de um lado, prosseguir o programa de imigração seletiva, capaz de favorecer a expansão e modernização industrial, a elevação dos níveis de ensino, a ampliação da pesquisa científica e tecnológica, e o desenvolvimento dos serviços com alta tecnologia; do outro, é necessário examinar a possibilidade de serem estabelecidos cer

certos esquemas de aproveitamento econômico, seja para a mão-de-obra com qualificação para a agropecuária, seja para o trabalhador urbano de média formação profissional.

Porém, é importante que o Primeiro-Ministro Mário Soares sinta não ter o Brasil condição para receber, a curto prazo e sem o prévio preparo de programas específicos, grande quantidade de imigrantes portugueses, sobretudo agricultores. Estes exigem a elaboração de projetos para a sua absorção em condições econômicas satisfatórias e tais projetos requerem para a sua implementação não apenas "tempo", mas também "recursos financeiros"; e, se o Brasil dispõe em abundância do fator "terra" e necessita incrementar sua produção agropecuária, carece do fator "capital".

Assim, desde que haja acerto de posição política e bom entendimento em outras áreas, e, bem assim, interesse em remover as tensões sociais exercidas em Portugal por hordas de trabalhadores desempregados ou insatisfeitos, o Governo brasileiro deverá cuidar de, por um lado, associar o "Comitê Intergovernamental de Migrações Européias" (CIME) a todo o processo de recrutamento e seleção dos candidatos à emigração; e, pelo outro, obter por intermédio do Governo português, o apoio que Governos de terceiros países (como os Estados Unidos da América e a República Federal da Alemanha, sobretudo) e organizações e fundos internacionais (como o Banco Mundial e o Fundo Europeu de Desenvolvimento, principalmente) poderão dispensar a projetos de colonização e desenvolvimento de regiões menos habitadas do Brasil, mediante do emprego de mão-de-obra ociosa portuguesa.

Todavia, não serão os próximos encontros de Bra

Brasília o momento adequado para o tratamento do assunto em seu pormenor. Aliás, sabe-se que o Governo português, já ciente dessa dificuldade, tenciona enviar a Brasília, nos primeiros três meses de 1977, uma missão que, sob a direção do Secretário de Estado da Emigração (Vieira Lima), procurará chegar a entendimento com o Governo brasileiro na matéria.

COMITIVA OFICIAL DE SUA EXCELENCIA O DOUTOR
MÁRIO SOARES, PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLI-
CA PORTUGUESA.

Sua Excelência o Doutor José de Medeiros Ferreira, Ministro
dos Negócios Estrangeiros

Sua Excelência o Coronel de Infantaria Mário Firmino Miguel,
Ministro da Defesa

Sua Excelência o Senhor Vitor da Cunha Rego, Secretário de
Estado Adjunto do Primeiro-Ministro

Sua Excelência o Senhor Doutor David Mourão Ferreira, Secre-
tário de Estado da Cultura

Embaixador Tomáz de Mello Breyner Andresen, Secretário-Geral
do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Doutor José da Silva Lopes, Governador do Banco de Portugal

Doutor Manuel Jacinto Nunes, Presidente do Conselho de Admi-
nistração e Administrador Geral da Caixa Geral de Depósitos

Professor João Pedro Miller Guerra, Presidente do Instituto
Nacional de Investigação Científica

Embaixador Gonçalo Correia Caldeira Coelho, Chefe do Proto-
colo do Estado

Doutor Bernardino Gomes, Chefe de Gabinete do Secretário de
Estado Adjunto do Primeiro-Ministro

Doutor Alfredo Manuel Duarte Costa, Diretor dos Serviços de Informação e Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Professor Doutor José Augusto França, Vice-Presidente do Instituto de Cultura Portuguesa

Senhor Francisco Knopfli, Conselheiro de Embaixada, Adjunto Diplomático do Gabinete do Primeiro-Ministro

Major de Infantaria Antônio Ferreira Rodrigues de Areia, Adjunto Militar do Gabinete do Primeiro-Ministro

Senhor José Manuel de Carvalho Lameiras, Adido de Embaixada, Secretário do Ministro dos Negócios Estrangeiros

CONVIDADOS ESPECIAIS:

Doutor José de Azeredo Perdigão, Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian

Engenheiro Manuel Rocha, Presidente do Conselho Superior do Laboratório de Engenharia Civil

Doutor Raul Rego, Deputado à Assembléia da República

DADOS BIOGRÁFICOS DO PRIMEIRO MINISTRO

MÁRIO SOARES

Nascido a 7 de Dezembro de 1924, em Lisboa, Mário Soares é filho de um antigo ministro da I República, o doutor João Soares.

Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas (1951) e em Direito (1957), Mário Soares viu-se, a breve trecho, impedido pelo Governo de Salazar de exercer actividades docentes, quando da sua primeira licenciatura.

A sua participação, como estudante, no Movimento de Unidade Nacional Antifascista (M.U.N.A.F.), o ter sido fundador do Movimento da Unidade Democrática Juvenil (M.U.D.J.), e o ter pertencido, entre 1946 e 1948, à Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.), constituíram razão suficiente para ser incluído no número dos suspeitos ao regime. Secretário da Comissão Central da Candidatura à Presidência da República do general Norton de Matos, foi, posteriormente, membro do Directório Democrático-Social quando dirigido por António Sérgio, Jaime Cortesão e Mário de Azevedo Gomes, dos quais foi íntimo colaborador. Em 1958, fez parte da comissão da candidatura à Presidência da República do general Humberto Delgado, tendo sido signatário e um dos redactores do "Programa para a Democratização da República" em 1961.

Tornou-se notável a sua participação nos mais importantes julgamentos políticos, designadamente no de Octávio Pato, no do "Caso dos Militares da Guiné", no do "Caso de Beja", no da crise académica de 1962, no de Herminio da Palma Inácio (dirigente da L.U.A.R.), e no dos aderentes do M.P.L.A.. Desempenhou, também, papel fundamental, como representante da família do general Humberto Delgado, na investigação do assassinio do antigo candidato à Presidência da República. Tomou parte, também, em vários congressos da União Internacional dos Advogados.

Foi candidato a deputado, em 1965, pela oposição democrática pelo círculo de Lisboa, e já no regime de Marcelo Caetano foi, também, pelo mesmo círculo, candidato pela Comissão Eleitoral da Unidade Democrática (C.E.U.D.).

... (C.E.U.D.).

A sua declarada oposição ao regime valeu-lhe ter sido preso doze vezes pela P.I.D.E./D.G.S., chegando a ser deportado discricionariamente e sem julgamento pelo Governo de Salazar, em 1968, para a ilha de São Tomé, Regressando a Lisboa, decorridos oito meses, e já sob o regime de Marcelo Caetano, Mário Soares teria de se exilar, compulsivamente, em 1970, ao denunciar a burla das eleições em 1969, bem como os escândalos desumanos da guerra colonial. Fixou, então, residência em França, onde se manteve até à Revolução de Abril. Durante o seu exílio foi "encarregado de curso" na Universidade de Paris (Vincennes e Sorbonne) e assistente associado da Faculdade de Letras da Alta Bretanha (Rennes).

Como militante socialista, fundou em 1964 com Manuel Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa a Acção Socialista Portuguesa (A.S.P.) que se transformou em Partido Socialista em 1973. Em 1967, a convite dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus, visitou a Inglaterra e outros países do Norte da Europa, tomando, pela primeira vez, a palavra num congresso da Internacional Socialista e reforçando as suas relações com dirigentes socialistas e sindicalistas europeus (Harold Wilson, Willy Brandt, Pietro Nenni, Tago Erlander, Olof Palme, François Mitterand, Tierno Galvan e outros). Participou, depois, em vários congressos da Internacional Socialista, nomeadamente no de Eastbourne, em 1969, e no de Viena, em 1972, bem como nas conferências dos dirigentes socialistas europeus em Paris e Londres.

Poucos dias depois do movimento do 25 de Abril, regressou a Lisboa. Ao mesmo tempo que se ocupava da reorganização do Partido Socialista, que emergia da clandestinidade, visitava capitais europeias, tentando obter apoio político para o regime saído da Revolução.

Nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, em 16 de Maio de 1974, deslocou-se, no próprio dia em que foi investido no cargo, a Dakar ao encontro de Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC, dando, assim, início, oficialmente, ao processo de descolonização. Chefiou, ainda delegações portuguesas que negociaram com o PAIGC e com a FRELIMO os acordos de Argel e de Lusaka, garantindo o reconhecimento da independência de Guiné-Bissau e da República Popular de Moçambique, respectivamente

... respectivamente.

Desde a fundação do Partido Socialista, Mário Soares tem sido o seu secretário-geral, tendo sido posteriormente confirmado neste cargo, por unanimidade dos votos dos delegados eleitos para o primeiro Congresso do Partido, na legalidade.

Exerceu as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros até 26 de Março de 1975, data em que tomou posse do cargo de ministro sem pasta, posto que desempenhou até Agosto do mesmo ano.

Membro da antiga Sociedade Portuguesa de Escritores e da actual Associação Portuguesa de Escritores, Mário Soares é autor, entre outras, das seguintes obras: "As ideias Politico-Sociais de Teófilo Braga", "A Justificação Jurídica da Restauração e a Teoria da Origem Popular do Poder Político", "O Direito à Casa", "Escritos Políticos", "Caminho Difícil do Salazarismo ao Caetanismo" (edição brasileira), "Destruir o Sistema, Construir uma Nova Vida" e "Portugal Amordaçado". Colaborou com vários estudos para o "Dicionário da História de Portugal" e tem artigos publicados em jornais e revistas portuguesas e estrangeiros.

Mário Soares é casado com Maria Barroso e tem dois filhos, ambos militantes socialistas. Maria Barroso é licenciada em Ciências Histórico-Filosóficas, possui o curso do Conservatório Nacional de Lisboa e é considerada uma das maiores actrizes portuguesas da sua geração, tendo sido proibida de exercer a sua actividade artistica durante a ditadura salazarista. Como declamadora, tem vários discos gravados com poemas dos maiores poetas portugueses contemporâneos, participou em vários filmes e, como militante socialista, além de ter colaborado em lutas antifascistas, foi candidata a deputada pela oposição democrática no círculo de Santarém. Faz parte da Comissão Nacional do Partido Socialista, eleita no Congresso de 1974.

JOSÉ MANUEL DE MEDEIROS FERREIRA
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Natural dos Açores, conta 34 anos de idade.

Exilado por razões políticas, licenciou-se em História Moderna e Contemporânea pela Faculdade de Ciências Económicas e Sociais da Universidade de Genebra, onde desempenhou as funções de assistente da cadeira de História Económica.

Em 1965, apresentou-se candidato a deputado pela oposição. Em 1972, figurou entre os fundadores da revista "Polêmica".

Eleito em abril de 1975 deputado à Assembléia Constituinte pelo Partido Socialista, renunciou ao mandato em 26 de setembro seguinte para ser Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros. Nesse cargo, mostrou-se o mais esclarecido adversário da política terceiro-mundista do então Chanceler Ernesto de Melo Antunes. Desde aquela época pronunciou-se publicamente, em diversas ocasiões, a favor da vocação atlântica de Portugal e do estreitamento das relações com o Brasil.

Novamente eleito deputado na eleição para Assembléia Nacional, em abril do corrente ano, pertence à ala moderada do PS.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, desde a posse do Gabinete Mário Soares em 23 de julho de 1976.

(Informações da Embaixada em Lisboa)

DADOS BIOGRÁFICOS DO CORONEL MÁRIO FIRMINO MIGUEL,
MINISTRO DA DEFESA

Nasceu, em 11 de março de 1932, em Sintra. Frequentou o Liceu Passos Manuel, ingressando depois na Escola do Exército, no Curso de Infantaria. Tem também os cursos da Escola Superior de Guerra, de Paris, e de Estado-Maior, do Instituto de Altos Estudos Militares.

Fez comissões de serviço na Índia, Guiné e Angola (duas vezes). Foi condecorado com a medalha de prata de Valor Militar (com palma); medalha de prata de Serviços Distintos (com palma); Mérito Militar e Cruz de Aviz. Teve cinco louvores, em campanha.

Desempenhou funções de instrutor da Escola do Exército, professor catedrático da Escola do Exército e Academia Militar, comandante de companhia operacional (em campanha), e professor de cursos de Estado-Maior, no Instituto dos Altos Estudos Militares; foi colocado em diversas unidades de sua arma, no continente e em territórios africanos; fez serviço no Estado-Maior do Exército; foi chefe de repartição de operações do Comando-Chefe na Guiné (em operações e chefe da 4ª repartição do quartel-general da Região Militar de Angola em operações).

Depois do 25 de abril, Firmino Miguel foi Ministro da Defesa Nacional dos I e II Governos Provisórios chefiados por Spínola. Desde o ano passado, era adjunto do chefe do Estado-Maior do Exército.

A atividade política de Firmino Miguel é anterior ao 25 de abril: em 1958, apoiou a candidatura do General Delgado; em abril de 1961, envolveu-se no levante do Regimento de Infantaria da Beja conhecido por "Abrilada", um dos acontecimentos a marcar a crise política desencadea-

desencadeada pelo frustrado golpe do General Botelho Muniz contra o Primeiro Ministro Salazar. Após ter sido enviado para Angola, em 1969 apoiou a Comissão Democrática Eleitoral, movimento de oposição ao Governo de Marcelo Caetano. Em 1973, juntamente com Carlos Fabião, Vasco Gonçalves e o atual Presidente Ramalho Eanes, contestou publicamente a representatividade do Congresso dos Combatentes, movimento de extrema direita em prol do fortalecimento da presença colonial portuguesa na África.

Avaliação da Embaixada em Lisboa
sobre o Coronel Firmino Miguel

A par de suas atribuições como Ministro da Defesa, o Coronel Firmino Miguel é, na prática, o elemento de ligação entre o Conselho de Ministros e o poder militar. Trata-se do Oficial com maior influência junto ao Presidente Ramalho Eanes, de quem é amigo pessoal. Gozando de grande e crescente prestígio não apenas junto a seus companheiros militares mas também junto ao Partido Socialista, onde tem livre trânsito, o Coronel Firmino Miguel é apontado como a personalidade portuguesa que tem as melhores perspectivas políticas a médio prazo.

VITOR CUNHA REGO
SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Nascido em 30 de agosto de 1933, iniciou a carreira de jornalista profissional em 1956, no "Diário de Notícias", de onde se demitiu por motivos ligados à liberdade de imprensa.

Viveu de 1958 a 1974 no Brasil, onde trabalhou sucessivamente como redator do "Estado de São Paulo", chefe do serviço internacional de "Última Hora" e da "Folha de São Paulo", tendo neste último exercido ainda a função de chefe de redação.

Filiado desde a fundação ao Partido Socialista, iniciou recentemente a publicação do periódico "Perspectivas e Realidades". Colabora nas revistas "International Socialist Journal" e "Reforma". Quando aqui residia, escreveu os livros "Hitler - 30 Anos Depois" e "O Novo Eixo e os Imperialismos".

Ainda no Brasil, casou-se com a brasileira Ivone Feldman, tendo o casal dois filhos.

A esse tempo era tido por elemento de esquerda, ligado ao PCB, e chegou a viver algum tempo na Iugoslávia. Desde então vem reorientando suas posições, inclinando-se para a direita e hoje pode ser considerado uma das figuras de maior moderação dentro do Governo, onde, entre outras impor

597

importantes atribuições, tem as de preparar a agenda das reuniões do Conselho de Ministros e assegurar a ligação entre o Primeiro Ministro e o Presidente da República.

Depois de 25 de abril de 1974, foi Chefe de Gabinete de Mário Soares, quando este exerceu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Apontado como a personalidade de maior influência junto ao atual Primeiro Ministro, é um entusiasta das relações com o Brasil.

(Informações da Embaixada em Lisboa)

(50)

DAVID MOURÃO FERREIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

Jovem intelectual de prestígio, com posição política independente, nutre, no entanto, clara simpatia pela esquerda moderada. Tem bom conhecimento do Brasil, constituindo, por força de suas funções, elemento-chave em qualquer programa de cooperação cultural entre os dois países. Suas relações com a Embaixada em Lisboa são distantes. Sabe-se que mantém laços com alguns dos elementos da colônia política brasileira em Portugal.

(Informações da Embaixada em Lisboa)

EMBAIXADOR TOMAZ DE MELLO BREYNER ANDRESEN
SECRETÁRIO GERAL DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Exerce o cargo de Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, desde 25 de abril de 1974. Conhecido por suas inclinações esquerdistas, foi o principal colaborador do Major Ernesto de Melo Antunes, então Ministro dos Negócios Estrangeiros. Datam dessa época as suas divergências com o atual Chanceler Medeiros Ferreira. Figura apagada, de escasso prestígio, deverá ser substituído pelo atual Embaixador português em Londres, Albano Nogueira, em janeiro próximo, quando, por sua vez, assumirá a chefia da Embaixada lusa em Roma.

(Informações da Embaixada em Lisboa)

JOSÉ DA SILVA LOPES
GOVERNADOR DO BANCO DE PORTUGAL

Economista e Professor do Instituto Superior de Economia, foi o representante da Associação Industrial Portuguesa nas negociações do Acordo de Comércio Luso-Brasileiro, de 1966. Conhecido por suas inclinações moderadas, não se acha vinculado a qualquer partido. Silva Lopes exerceu o cargo de Ministro das Finanças do IV Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves.

(Informações da Embaixada em Lisboa)

MANUEL JACINTO NUNES
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E
ADMINISTRADOR GERAL DA CAIXA GERAL
DE DEPÓSITOS

Economista e Professor do Instituto Superior de Economia, onde exerceu as funções de Diretor. Ao tempo de Salazar, foi Secretário de Estado do Tesouro. Ocupou, posteriormente, o cargo de Vice-Governador do Banco de Portugal, posição a que foi reconduzido por Spínola. Nomeado Governador do Banco de Portugal, demitiu-se no auge do "gonçalvismo". Não milita em qualquer agremiação política, embora seja homem de tendência conservadora.

(Informações da Embaixada em Lisboa)

JOÃO PEDRO MILLER GUERRA
PRESIDENTE DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Deputado à Assembléia Nacional quando Marcelo Caetano era Primeiro-Ministro. Com grande clamor, renunciou ao mandato, ao verem frustradas as esperanças de liberalização do antigo regime. Filiado ao Partido Social Democrático (ex - PPD), foi Secretário de Estado da Saúde após o "25 de abril". É tecnocrata de renome em seu país.

(Informações da Embaixada em Lisboa)

505

EMBAIXADOR GONÇALO CORREIA CALDEIRA COELHO
CHEFE DO PROTOCOLO DE ESTADO

Diplomata da "velha escola", o Embaixador Gonçalo Caldeira Coelho é conhecido por suas posições políticas pouco definidas bem como por notada energia nos assuntos de sua profissão.

(Informações da Embaixada em Lisboa)

BERNARDINO GOMES

Chefe do Gabinete de Cunha Rego e pessoa da integral confiança de Mário Soares, Bernardino Gomes acha-se filiado ao PS. Vale notar que, ao tempo de Marcelo Caetano, militou na Organização terrorista "LUAR".

(Informações da Embaixada em Lisboa)

ALFREDO MANUEL DUARTE DA COSTA

Diretor dos Serviços de Informação e Imprensa
do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

JOSÉ AUGUSTO FRANÇA
VICE-PRESIDENTE DO INSTITUTO
DE CULTURA PORTUGUESA

Apolítico, intelectual bem conceituado no meio artístico português, demonstra claramente suas simpatias pelo Brasil.

(Informações da Embaixada em Lisboa)

CONSELHEIRO FRANCISCO KNOPFLI

Adjunto Diplomático do Primeiro Ministro Mário Soares. Politicamente descompromissado, exerceu as funções de Cônsul em Santos, onde estabeleceu sólidas relações de amizade.

(Informações da Embaixada em Lisboa)

MAJOR ANTÔNIO FERREIRA RODRIGUES DE AREIA

Adjunto Militar do Primeiro Ministro, desem
penha as funções de Chefe de Segurança.

(Informação da Embaixada do Brasil em Lisboa)

JOSÉ MANUEL DE CARVALHO LAMEIRAS

Jovem diplomata de carreira, secretário do Chanceler Medeiros Ferreira, não é conhecida sua tendência política.

(Informação da Embaixada em Lisboa)

JOSÉ DE AZEREDO PERDIGÃO

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO GULBENKIAN

Nasceu em Viseu, em 19 de setembro de 1.896. Estudou Direito em Lisboa e em Coimbra. Exerceu intensamente a advocacia, tendo sido consultor jurídico de algumas das mais importantes empresas comerciais e industriais e tomado parte em quase todos os grandes processos civis, comerciais e criminais que correram no foro português nos últimos 35 anos.

Autor de numerosos trabalhos jurídicos, regu diversos cursos em universidades portuguesas e estrangeiras, entre os quais na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1951 e 1959) e na Faculdade de Direito da Bahia (1959).

É Doutor "honoris causa" em Ciências Jurídicas pelas Universidades da Bahia (1959), Coimbra, São Paulo (1966) e Universidade do Brasil (1966), em Artes pelo Royal College (Londres, 1969) e em Letras, pela Faculdade de Lisboa.

Sócio correspondente da Academia Francesa e membro de diversas associações científico-culturais, foi Governador da Fundação Européia da Cultura (Amsterdam).

Chegou a gozar de prestígio junto a Salazar e a Caetano. Após "25 de abril", aproximou-se de Spínola, que o nomeou membro do Conselho de Estado, cargo que desempenhou com reconhecida eficiência e coragem. No auge do "Gonçalvismo", esteve ameaçado de depuração. Com o advento dos Governos de Pinheiro de Azevedo e de Mário Soares, voltou a ser figura de grande destaque.

Desde 1956 é Presidente do Conselho de Administração da Fundação Gulbenkian.

Grande amigo do Brasil, foi agraciado com

com a Grã-Cruz das Ordens do Cruzeiro do Sul e de Rio Branco. Deverá desempenhar importante papel em todos os projetos de cooperação cultural luso-brasileira que tiverem a participação da Fundação Gulbenkian.

(Informações da Embaixada em Lisboa)

MANUEL ROCHA

Catedrático da Faculdade de Engenharia Civil de Lisboa, condição que lhe permitiu estabelecer diversos vínculos com os meios governamental e privado brasileiro. É um técnico de renome mundial, sem coloração partidária.

(Informações da Embaixada em Lisboa)

DEPUTADO RAUL REGO

Jornalista, é presentemente diretor de "A Luta", vespertino oficioso do PS, com tiragem média de 38.400 exemplares diários. Combateu o regime de Salazar e Caetano, tendo lutado igualmente contra as tendências ditatoriais e esquerdizantes de Vasco Gonçalves que, em retaliação, mandou fechar o jornal "A República", então dirigido por Raul Rego. Esse episódio foi um dos fatores que contribuíram para o declínio do "gonçalvismo", e serviu para projetar internacionalmente o nome desse jornalista. Pessoa da estreita confiança de Mário Soares, Raul Rego desempenha função de relevo na direção do PS.

(Informações da Embaixada em Lisboa)

